

COMPROMISSO ATRAVÉS DO TEMPO



HÁ HORA PARA SEMEAR, E HÁ HORA PARA COLHER...

Ao final de 2008 o mundo navegava em mares agitados, e a turbulência dos mercados internacionais impedia uma visão clara do futuro. Naquela oportunidade, utilizamos em nosso Relatório Anual a metáfora do farol que guia os navegantes até um porto seguro, fazendo analogia com o trabalho desenvolvido pela FIBRA, voltado para garantir segurança aos seus participantes, mesmo em um mundo cada vez mais instável, por meio da diversificação dos investimentos e da visão de longo prazo.

Agora, ao encerrarmos o balanço de 2009, estamos colhendo os frutos dessa estratégia, com os bons resultados financeiros e de satisfação dos participantes que apresentaremos ao longo deste Relatório, cuja capa é inspirada na metáfora de que existe hora de semear e hora de colher, não só para a FIBRA como também para os participantes.

A sementeira se dá pela decisão de inscrever-se e de contribuir para o Plano de Benefícios e de acompanhar permanentemente os resultados da FIBRA, pela análise de seus relatórios e demonstrativos, pela eleição de seus representantes nos colegiados ou, até mesmo, pela participação direta nesses organismos.

A FIBRA, por sua vez, representada pela figura feminina que rega as sementes, tem a responsabilidade de cuidar para que as plantas cresçam e gerem bons frutos. Para tanto, a Fundação adota um modelo de gestão que prima pela excelência, pela ética e pela transparência, pela contratação e manutenção de uma equipe técnica profissional altamente capacitada e pela atuação conjunta e harmoniosa entre a diretoria, os colegiados e os colaboradores, todos profundamente comprometidos com a sustentabilidade do plano previdenciário. A figura feminina da FIBRA também lembra o cuidado materno, o compromisso com a vida e com o futuro.

Foi exatamente esse profundo compromisso com as pessoas que norteou a elaboração da proposta e a aprovação das novas versões do Estatuto e do Regulamento do Plano de Benefícios da FIBRA, atos normativos que não só ampliaram a representação dos participantes nos colegiados, como incluíram a cobertura previdenciária até os 25 anos para filhos de participantes que vierem a falecer, entre outras melhorias.

Sabemos também que as boas colheitas precisam ser parcialmente armazenadas, pois as intempéries são cíclicas e nos sujeitam, de tempos em tempos, a momentos de escassez. Com essa visão, a boa colheita da FIBRA em 2009 foi parcialmente transformada em elevação de provisões para cobrir tanto o aumento da expectativa de vida quanto a redução futura da taxa de juros, entre outras preocupações, de modo a reforçar ainda mais a segurança para os participantes.

Dizem que uma imagem vale por mil palavras. Sustentabilidade, responsabilidade, ética, cuidado, respeito: são essas as palavras que nos vêm à mente, não só quando olhamos a capa deste Relatório, mas principalmente quando vemos o trabalho e os resultados de nossa Fundação.

Diretoria Executiva



SÍNTESE DOS RESULTADOS DE 2009

Os frutos da colheita de 2009 foram expressivos, especialmente em função dos bons resultados da diversificação dos investimentos, que atingiram a rentabilidade de 26,46%, no critério de precificação marcado a mercado, superando em 150% a meta atuarial prevista para o ano. Também, em horizontes maiores de tempo, os resultados da FIBRA vêm apresentando desempenho superior às necessidades atuariais.

Desempenho da FIBRA (Valores em %)					
Dezembro 2009	Mês	2009	24 Meses	36 Meses	48 Meses
FIBRA (MtM) ⁽¹⁾	1,69	26,46	25,81	47,75	78,63
IPCA	0,37	4,31	10,47	15,39	19,16
Meta Atuarial ⁽²⁾	0,86	10,57	24,12	37,43	50,26
SELIC	0,73	8,79	23,65	38,33	59,19
IBOVESPA	2,30	82,65	7,31	54,19	105,01

FIBRA: superando a meta atuarial, em diversos horizontes de tempo.

(1) Marcado a Mercado

(2) Antes INPC + 6% a.a., alterada para IPCA + 6% a.a. em 01/01/2009

O superávit acumulado pela FIBRA ao final de 2009 foi de R\$ 154,8 milhões, já consideradas a boa performance dos investimentos (que compõem o Ativo Líquido) e a variação das necessidades de recursos para honrar o compromisso com os participantes (que formam o Passivo Atuarial).

Reservas	2008 R\$ Mil	2009 R\$ Mil	Varição R\$ Mil	Varição %
Reserva Matemática (Passivo Atuarial) ⁽¹⁾	1.405.677	1.577.016	171.339	12,19%
Reserva de Benefícios Concedidos	868.459	981.384	112.925	13,00%
Reserva de Benefícios a Conceder	579.404	637.958	58.554	10,11%
Reserva a Amortizar	(42.186)	(42.326)	(140)	0,33%
Reserva Técnica (Ativo Líquido) ⁽²⁾	1.535.299	1.731.812	196.513	12,80%
Resultado Acumulado ⁽³⁾	129.622	154.796	25.174	19,42

(1) Passivo Atuarial (denominado Reserva Matemática): representa o valor atual dos compromissos atuais (benefícios concedidos) e futuros (benefícios a conceder), já descontada a expectativa do recebimento de contribuições futuras

(2) Ativo Líquido (denominado Reserva Técnica): representa a parcela líquida do patrimônio reservada especificamente para a cobertura dos compromissos com benefícios concedidos e a conceder, já descontadas as provisões diversas, em especial para questões tributárias

(3) Superávit Acumulado: representa o resultado da diferença entre a evolução do Ativo Líquido e do Passivo Atuarial



Nesse resultado estão compreendidas provisões adicionais de R\$ 142,9 milhões realizadas pela FIBRA em 2009 para dar maior segurança e sustentabilidade ao plano de benefícios. Caso não tivessem sido realizadas e mantidas as mesmas hipóteses de 2008, o superávit da FIBRA teria sido de R\$ 297,7 milhões.

Valores em R\$ milhões

40,4	para o Imposto de Renda (veja detalhes no item 6 das Notas Explicativas – encarte)
58,7	para a futura redução da taxa de juros para 5,75%
25,5	para o aumento da expectativa de vida
18,0	para cobrir o ganho real de 1% concedido para ativos e assistidos
0,3	para a hipótese de crescimento salarial e rotatividade

Provisões adicionais realizadas pela FIBRA

No superávit da FIBRA não está considerada a folga decorrente da posse de títulos federais precificados ainda pelas taxas de aquisição. Caso esses títulos fossem precificados a mercado em 31 de dezembro de 2009, o superávit da FIBRA seria acrescido de R\$ 60,7 milhões.

NOVO PERFIL DOS PARTICIPANTES DEMANDA NOVA ESTRUTURA DE GESTÃO

O número de Assistidos continua crescendo, tendo passado de 1.135, em 2008, para 1.202, em 2009, principalmente como resultado do Programa Permanente de Desligamento Voluntário do patrocinador ITAIPU. O valor total pago em benefícios de renda continuada pela FIBRA aumentou 14,11%, passando de R\$ 74,4 milhões em 2008 para R\$ 84,9 milhões em 2009.

Em contrapartida, o ingresso de novos empregados na ITAIPU para substituir os que se aposentam tem diminuído a idade média dos colaboradores ativos, que decresceu de 44,45 anos, em 2008, para 43,63 anos, em 2009. O alto índice de adesão entre os participantes – 99,14% em dezembro de 2009 – demonstra que o elevado grau de confiança na FIBRA por parte dos participantes mais antigos vem estimulando os novos empregados da ITAIPU a aderir ao plano.

O aumento da quantidade de aposentadorias com o simultâneo ingresso de novos participantes tem gerado a necessidade de aprimoramento contínuo do modelo de gestão da FIBRA. O número maior de aposentados tem demandado maior número de atendimentos por parte do departamento de Assistência ao Beneficiário, ao passo que os novos empregados da ITAIPU têm gerado esforço adicional para inscrição, comunicação e atendimento diferenciado, em razão do perfil etário mais jovem. Ao mesmo tempo, a redução da folha de pagamento da ITAIPU tem diminuído as receitas administrativas da FIBRA.

Atenta à evolução das necessidades dos participantes, a FIBRA vem aprimorando sua estrutura de gestão, oferecendo novos serviços por meio eletrônico e modificando a estrutura organizacional interna para, ao mesmo tempo, melhorar o atendimento e reduzir custos.

Os resultados de todos esses esforços – que refletem, especialmente, a manutenção do elevado grau de confiança dos participantes – poderão ser analisados com mais detalhes nas páginas deste Relatório Anual.



A FIBRA EM NÚMEROS

Resultados apurados no encerramento do exercício de 2009

1.508	peças são participantes ativos
1.202	peças são beneficiários aposentados e pensionistas
6.644	peças são beneficiários diretos da FIBRA
67	foram os participantes que se aposentaram
56	são os novos empregados que aderiram ao Plano
43,63 anos	é a idade média dos participantes ativos
62,16 anos	é a idade média dos participantes assistidos (aposentados)
97 anos	é a idade do assistido mais idoso
20 anos	é a idade do participante ativo mais jovem
5.663	foram os atendimentos realizados (sem considerar os atendimentos via WEB)
1.539	foi o total de empréstimos concedidos
37	é o número de empregados do quadro da FIBRA
18.351	foi o número de acessos ao site da FIBRA
R\$ 84,9 milhões	foram pagos em benefícios em renda continuada durante o ano (14,11% a mais que 2008)
R\$ 821 milhões	foram pagos em benefícios, desde a criação da FIBRA (corrigido pelo INPC)
R\$ 12,2 milhões	foi o valor recolhido a título de tributos (em nome da FIBRA e dos participantes)
26,46 %	foi a rentabilidade geral dos investimentos (marcada a mercado)
22,34 %	foi a rentabilidade geral dos investimentos (contábil)
10,57 %	foi a meta atuarial para a rentabilidade geral dos investimentos
36º de 277	foi a posição no <i>ranking</i> dos investimentos dos Fundos de Pensão no Brasil (Fonte: ABRAPP)
40	foi o número de horas em reuniões realizadas pelo Conselho Deliberativo
40	foi o número de horas em reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal
52	foi o número de horas em reuniões realizadas pelo Comitê de Investimentos
110	foi o número de horas em auditorias realizadas na Fundação



ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os quadros abaixo apresentam informações resumidas da origem e do destino dos recursos em 2009, demonstrando, também, a importância da função social da FIBRA.

Origem dos Recursos	R\$ mil	%
Contribuições Previdenciais		
Patrocinadores	26.270	7,47%
Participantes (Ativos e Assistidos)	22.863	6,51%
Total (Contribuições Previdenciais)	49.133	13,98%
Rendimentos dos Investimentos e Remuneração da rescisão da dação em pagamento em imóveis		
Rendimentos dos investimentos (Antes dos impostos)	284.128	80,81%
Remuneração da rescisão da dação em pagamento em imóveis	9.678	2,75%
Total (Rendimentos dos investimentos e remuneração da rescisão da dação em pagamento em imóveis)	293.806	83,56%
Outras (Sobrecarga Administrativa e outras)	8.651	2,46%
Total da Origem dos Recursos	351.590	100,00%

Destinação dos Recursos	R\$ mil	%
Participantes (Ativos e Assistidos)		
Pagamentos de Benefícios (líquidos de IR)	74.916	21,31%
Constituição de Provisões Matemáticas	171.339	48,73%
Constituição de Fundo Previdencial (Atuarial)	58.707	16,70%
Constituição de superávit técnico	25.174	7,16%
Total (Participantes)	330.136	93,90%
Governo (Imposto de Renda, INSS, FGTS)	12.154	3,46%
Empregados (Salários, 13º salários, férias, plano de saúde, previdência privada e seguro) (líquidos de IR)	4.496	1,28%
Fornecedores (Atuário, advogados, manutenção de <i>software</i>, administração de investimentos e outros)	881	0,25%
Diversos (Aluguéis, materiais de expediente, água, luz e telefone, etc.)	744	0,21%
Constituição do Fundo Administrativo no exercício (Sobra de recursos administrativos / rentabilidade do saldo existente)	3.179	0,90%
Total de Recursos Destinados ⁽¹⁾	351.590	100,00%

⁽¹⁾ Não inclui despesas com custódia, depreciação de imóveis e demais despesas de investimentos

GESTÃO ESTRATÉGICA

Nos últimos anos houve uma substancial mudança no perfil dos participantes, principalmente em decorrência dos planos de incentivo do patrocinador ITAIPU: o PDI (Programa de Desligamento Incentivado) e o PPDV (Programa Permanente de Desligamento Voluntário). De 2005 a 2009, aproximadamente 32% do quadro de empregados da ITAIPU foi renovado, ocasionando a inscrição de 482 participantes na FIBRA e a concessão de 443 Suplementações de Aposentadorias.

Mudança no perfil dos participantes: redução da idade média

Ano	Inscrições	Concessões de Suplementação		Relação de Inscrições Versus Aposentadorias
		Aposentadoria	Pensão	
2005	52	24	11	117%
2006	102	132	16	-23%
2007	133	139	12	-4%
2008	139	81	10	72%
2009	56	67	19	-16%
Total	482	443	68	9%

Quantidade de inscrições e concessões de suplementação, entre 2005 e 2009

No gráfico abaixo, o número de participantes com idade inferior a 40 anos equivale a aproximadamente 37% dos participantes ativos e, para os participantes assistidos, temos maior concentração entre 56 e 65 anos – 48% desse grupo. O número de aposentados com idade inferior a 50 anos refere-se à Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e as Suplementações, com idade inferior a 21 anos, referem-se à pensão de filhos. Considerando o total de participantes, ativos e assistidos, verificamos uma maior concentração na faixa etária entre 46 e 60 anos – aproximadamente 43% do total.



O uso da Tecnologia da Informação deve favorecer a construção de valor do negócio

Esse novo cenário exigiu mudanças. Não bastavam apenas reformulações no processo de gestão. Era necessária uma transformação de hábitos e práticas incorporadas ao cotidiano que resultasse em qualidade nos serviços e satisfação aos participantes. A alteração mais significativa deu-se com a reorientação estratégica da Tecnologia da Informação (TI), de forma a privilegiar a prestação de serviços pela WEB. Exemplos desse novo modelo podem ser traduzidos pelas campanhas de incentivo ao uso do correio eletrônico, pela modernização das páginas da Intranet e da Internet e pela disponibilidade de novos serviços. Um dos objetivos dessa reformulação foi estimular os participantes a realizar o



empréstimo pessoal pela Internet. Este processo pode ser acompanhado online e num prazo de quatro dias úteis está concluído. Em dezembro de 2009, 68,7% dos empréstimos foram realizados pela WEB. Tais iniciativas, aliadas à disponibilidade, integridade e segurança da informação, conduziram ao desenvolvimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação. Este instrumento estabelece diretrizes para a definição da aplicação dos recursos de tecnologia nas diversas áreas da Fundação. Assim, tem-se uma busca constante e antecipada de alternativas e soluções de tecnologia que maximizem a satisfação de nossos clientes. Nesse Plano, foram definidas metas de curto, médio e longo prazos para ações de aperfeiçoamento em infraestrutura, *hardware*, *software*, sistemas de informação e recursos humanos.

Gestão do conhecimento: preservar a memória institucional e compartilhar o conhecimento

A preservação da memória institucional e do conhecimento é essencial para uma instituição como a FIBRA. Em 2009 foram feitos avanços importantes nessa área, traduzidos pela digitalização da documentação, pelo aprimoramento da política de segurança da informação e por outras medidas destinadas a agilizar e recuperar a informação, padronizar seu armazenamento e garantir sua disponibilidade. Com isso, ⁽ⁱ⁾ os documentos e informações são processados e aprimorados de maneira segura; ⁽ⁱⁱ⁾ os riscos são mitigados e ⁽ⁱⁱⁱ⁾ é melhorada a qualidade dos serviços prestados.

Outra ação implantada em 2009 foi o Plano de Continuidade de Negócio (PCN), conhecido internamente como plano de contingência. Com ele, foram estabelecidos e implementados os principais procedimentos de gestão da Fundação em caso de algum incidente de impacto que prejudique ou destrua suas instalações físicas. Com o PCN, os processos fundamentais terão continuidade de modo a salvaguardar os interesses da entidade e dos participantes, tais como: ⁽ⁱ⁾ pagamento de benefícios, ⁽ⁱⁱ⁾ controle de ativos, ⁽ⁱⁱⁱ⁾ investimentos, ^(iv) obrigações legais, ^(v) questões jurídicas, entre outras.

Plano de Continuidade de Negócio: compromisso através do tempo

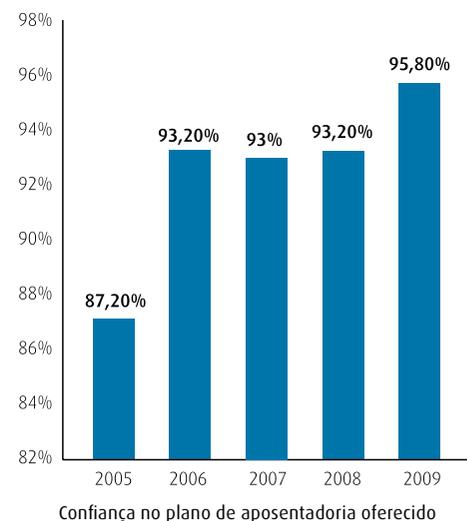
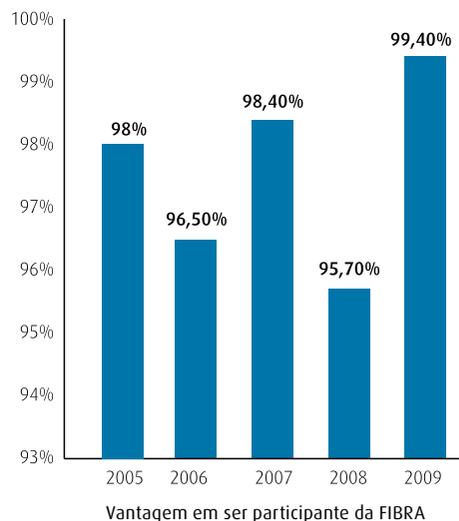
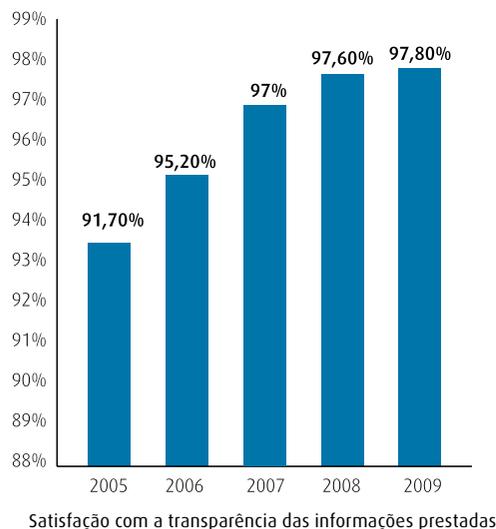
Política de Comunicação: credibilidade através da transparência

O contínuo aprimoramento da política de comunicação tem sido um instrumento importante no processo de gestão estratégica. Desde 2008, com o estabelecimento de critérios e diretrizes aplicáveis a todas as áreas, foram implementadas novas ferramentas que privilegiam cada vez mais a transparência, a agilidade e a segurança na divulgação das informações de interesse dos participantes. Mudanças no layout das páginas da Internet e da Intranet; a criação de uma nova logomarca; a implementação do Manual de Identidade Visual; a oferta de novos serviços, assim como o acompanhamento e avaliação dos resultados são medidas já incorporadas ao dia a dia, além da produção de mídias impressas e eletrônicas como o FIBRANotícias, o Integração e o FIBI – nosso Boletim Interno, entre outras.

CONFIANÇA E SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES: NOSSO GRANDE PATRIMÔNIO

A confiança e a satisfação dos participantes são patrimônios da FIBRA, construídos ao longo dos anos por um modelo de gestão fundado na busca incessante da excelência. Os resultados estão sintetizados na pesquisa de satisfação anual. Em 2009, numa escala de 0 a 10, a média obtida pela Fundação entre os participantes ativos e assistidos foi de 9,1. O grau de satisfação pela transparência das informações é de 98% entre os participantes ativos e 95% dentre os assistidos; a política de investimento tem a aprovação de 89% dos aposentados; 97% dos pensionistas e 95% dos ativos. Para 99% dos participantes ativos é “vantajoso ser participante da FIBRA”. O reflexo desses números está demonstrado pelo índice de adesão dos empregados da ITAIPU: dos 1.519 que compõem o quadro do patrocinador, apenas 11 (0,7%) não são participantes da FIBRA.

Pesquisa de Satisfação: para 99% dos participantes ativos é “vantajoso ser participante da FIBRA”



NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A FIBRA realizou, por intermédio de empresa de consultoria especializada, um estudo de sua estrutura organizacional a fim de otimizá-la e adequá-la ao tripé de desafios do negócio, a saber: ⁽ⁱ⁾ inovação e visão de futuro, ⁽ⁱⁱ⁾ agilidade e flexibilidade e ⁽ⁱⁱⁱ⁾ excelência operacional. Com base nos resultados desse estudo, foi elaborado novo modelo organizacional, discutido e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

A nova estrutura ⁽ⁱ⁾ prioriza o serviço prestado aos participantes, com a criação de uma área que centralizará todo o atendimento a eles; ⁽ⁱⁱ⁾ melhora a gestão de riscos e controles, com a criação de uma área de controladoria e gestão de riscos; ⁽ⁱⁱⁱ⁾ investe na melhoria contínua dos processos por meio da área de TI, unindo a área de processos e de TI; e ^(iv) introduz outras modificações que otimizam o fluxo dos processos e aumentam a produtividade dos colaboradores.

A Fundação adotou ainda um modelo de gestão matricial que transpassa a estrutura hierárquica formal, favorecendo a participação de pessoas com experiências diferenciadas nos grupos multifuncionais responsáveis por temas de relevância para a Entidade, que atualmente são: o Comitê de Ética, o Comitê de Gestão de Riscos, o Comitê de Disponibilidade da Informação, o Comitê de Gestão Estratégica, o Comitê de Comunicação e o Comitê de Gestão da Qualidade.

A FIBRA foi um dos primeiros Fundos de Pensão do país a conquistar a certificação ISO 9001 na versão 2008



A entrega, pelo representante do Bureau Veritas Certification, do certificado ao Diretor de Segurança e à Representante da Direção

EQUIPE TÉCNICA CAPACITADA E MOTIVADA

Empenhada em aprimorar seu processo de gestão e de relacionamento com os participantes, a FIBRA vem promovendo o aperfeiçoamento de seus profissionais desde o processo de admissão, inclusive dos dirigentes. Em 2009, as ações na gestão de pessoas foram orientadas à transparência, dedicação e qualidade nos serviços, como:

- modelo de RH estratégico com o intuito de possibilitar o aprimoramento do direcionamento estratégico da Fundação;
- execução de um Programa de Desenvolvimento Gerencial para discussão de temas como liderança, administração de conflitos, negociação, visão sistêmica, planejamento, comunicação assertiva, autodesenvolvimento, inovação, flexibilidade e adaptação a mudanças;
- programa de *coaching* para os diretores visando fortalecer as competências essenciais ao desempenho de suas atividades;
- realização de 1.945 horas de treinamentos (média de 54 horas por empregado);
- implementado, pelo segundo ano consecutivo, o Plano de Desenvolvimento Individual para nortear as ações de desenvolvimento e treinamento de cada empregado de acordo com as necessidades da Fundação.

Evento de fortalecimento da equipe, com a participação da diretoria e de todos os empregados



Vale lembrar que o Programa de Participação nos Resultados (PR) tem sido um forte motivador, levando a equipe a superar os desafios estabelecidos no Planejamento Estratégico, no Plano de Gestão de Riscos e no Sistema da Gestão da Qualidade, uma vez que as metas daquele programa são estabelecidas com base nesses indicadores.

O quadro de pessoal, em dezembro de 2009, era composto por 37 profissionais com qualificações distribuídas entre as áreas de previdência, investimentos e administrativa. A formação acadêmica distribuiu-se em 96% graduados em nível superior, 54% pós-graduados e 8% pós-graduandos.

2007



2008



2009



Evolução dos indicadores de desempenho da FIBRA – compromisso da equipe com os resultados de gestão

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Na gestão de seus recursos, a FIBRA busca obter retornos compatíveis com as necessidades atuariais, em termos de rentabilidade, risco e liquidez. Para tanto, utiliza a modelagem dos fluxos financeiros dos ativos e dos passivos por meio de um estudo de *Asset Liability Management* (ALM), elaborado por consultoria contratada pela Fundação e revisado trimestralmente, o qual orienta a elaboração da Política de Investimento recomendada pelo Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo.

A gestão dos recursos é conduzida internamente ou por meio de terceirização, conforme o grau de complexidade da estratégia, o nível de especialização da equipe interna e a existência de controles e processos adequados. A gestão é ativa e busca atuar nos mercados permitidos pela legislação, diversificando os investimentos conforme previsto na Política de Investimento.

O quadro abaixo sintetiza a alocação dos investimentos da FIBRA, considerando a gestão interna ou externa, os diferentes segmentos de aplicação e os prazos dos investimentos.

Valores em R\$ milhões

Ano de Vencimento	Renda Fixa				Renda Variável			Total
	Títulos Públicos ¹	Títulos Privados ¹	Fundos ²	Total Renda Fixa	Fundos ²	Fundos Part. ²	Total Renda Variável	
2010	48,8	56,3	68,2	173,3	411,2	24,1	435,3	608,6
2011	37,8	-	2,9	40,7	-	-	-	40,7
2012	37,7	-	-	37,7	-	-	-	37,7
2013	88,0	-	-	88,0	-	-	-	88,0
2014	75,3	-	-	75,3	-	-	-	75,3
2015	106,3	-	-	106,3	-	-	-	106,3
2017	148,5	-	-	148,5	-	-	-	148,5
2020	56,5	-	-	56,5	-	-	-	56,5
2021	74,9	-	-	74,9	-	-	-	74,9
2024	87,9	-	-	87,9	-	-	-	87,9
2035	220,5	-	-	220,5	-	-	-	220,5
2045	143,3	-	-	143,3	-	-	-	143,3
Total	1.125,5	56,3	71,1	1.252,9	411,2	24,1	435,3	1.688,2

Própria: ¹	1.181,8	Terceirizada: ²	506,4	Total:	1.688,2
-----------------------	---------	----------------------------	-------	--------	---------

Imóveis	28,9
Empréstimos	46,3
Débito com o Patrocinador	85,6
Total	1.849,0

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

A Política de Investimento da FIBRA, em 2009, foi totalmente revisada em razão das alterações introduzidas pela Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que substituiu a Resolução nº 3.456 e flexibilizou as opções de investimento, ampliando a possibilidade de alocação em ativos de maior risco. Isso possibilitou às entidades aumentar seus retornos, diante do novo cenário macroeconômico de taxas de juros mais baixas. As alterações na Política de Investimento da FIBRA foram propostas pela Diretoria Executiva e pelo Núcleo de Aplicações e Investimentos e, posteriormente, recomendadas pelo Comitê de Investimentos ao Conselho Deliberativo para aprovação. Um resumo da Política de Investimento para 2010 se encontra no encarte deste Relatório. A Política de Investimento na íntegra está disponível no site da Fundação.





2009: O ANO DA RECUPERAÇÃO

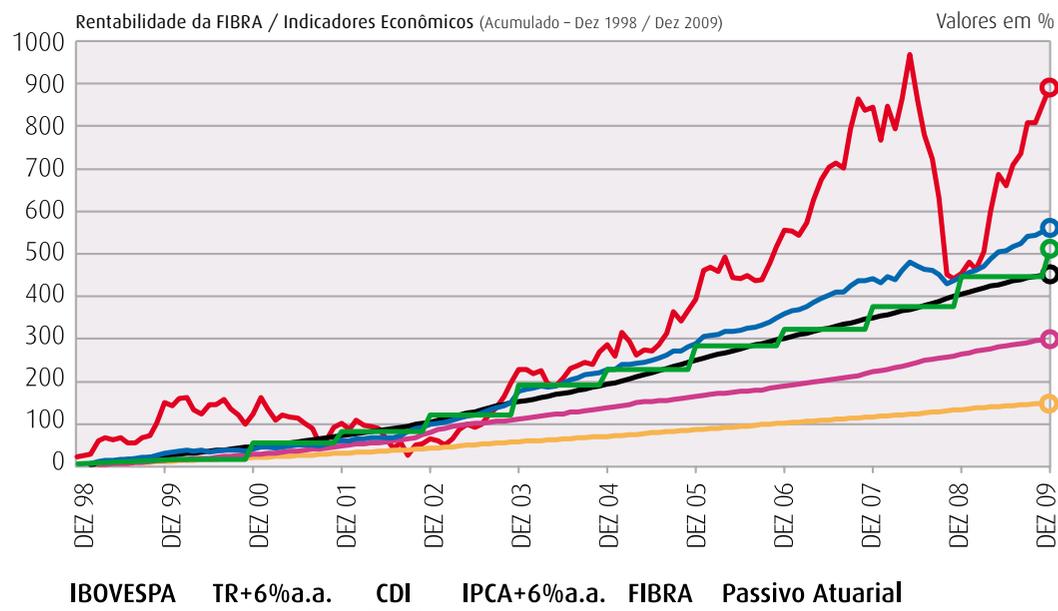
O ano de 2009 foi marcado pela recuperação e transformação da economia mundial. Passada a forte crise que se alastrou sobre as principais economias globais, trazendo recessão, perdas e quebras de instituições financeiras, muitos analistas acreditavam que a recuperação se daria de forma gradativa em virtude do impacto causado principalmente nos chamados países do Primeiro Mundo. Felizmente, a crise se dissipou mais rapidamente do que o esperado – o que não significa estar totalmente sanada – e seus efeitos ficaram aquém dos prognósticos feitos em 2008. A transformação, sobretudo na área de regulamentação, unida a uma política intervencionista e expansionista, deu maior fôlego à economia norte-americana, que vem mostrando significativa melhora e recuperando a confiança dos consumidores.

Um aspecto a ser destacado dessa crise é o fato de que os países que compõem o chamado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) tiveram um desempenho econômico surpreendente, com exceção da Rússia, cuja economia está vinculada ao petróleo, que se depreciou. O chamado efeito de descolamento foi percebido na maioria desses países, notadamente no Brasil, que sai da crise fortalecido e com perspectivas positivas.

A manutenção de sua política econômica, aliada à geração de emprego e crescimento, traz o Brasil para um patamar de maior relevância no cenário mundial, sendo a economia brasileira considerada a “economia da vez”. É bem verdade que ainda há um longo caminho a percorrer, mas o País entra em 2010 com boas perspectivas e um futuro promissor, com sinais de um novo período de crescimento.

RENTABILIDADE GERAL DOS INVESTIMENTOS

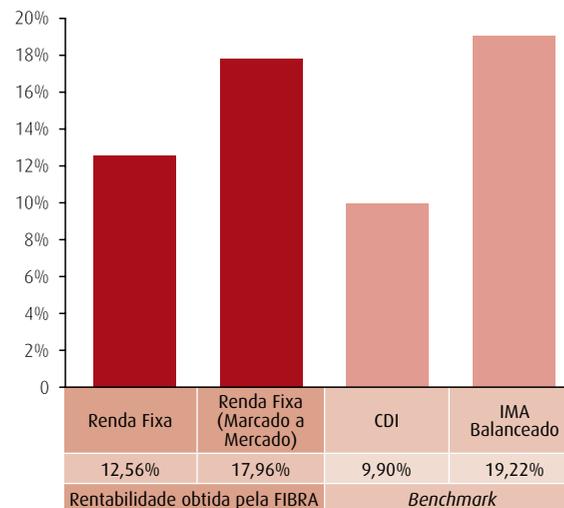
A rentabilidade geral dos investimentos, pelos critérios contábeis, em 2009, atingiu 22,34%, superando a meta atuarial (IPCA+6% a.a.), que ficou em 10,57%. Considerada a rentabilidade pela marcação a mercado dos ativos, a rentabilidade alcançou 26,46%. Esse expressivo desempenho decorreu, principalmente, de ⁽ⁱ⁾ bons resultados da Carteira de Renda Variável; ⁽ⁱⁱ⁾ ganhos obtidos com a estratégia de renda fixa; e ⁽ⁱⁱⁱ⁾ diversificação de ativos nos vários segmentos em que a FIBRA está posicionada. O gráfico a seguir mostra os resultados auferidos nos últimos anos.



RENDIMENTOS OBTIDOS EM RENDA FIXA

Após um início de ano incerto, com a economia em retração, o governo brasileiro adotou uma política expansionista, baseada no corte de juros e no incentivo ao consumo interno. Foram efetuados cinco cortes na taxa básica de juros, que caiu de 13,75% para 8,75%. Dessa forma, o cenário brasileiro mudou, e a economia evoluiu de uma recessão para uma forte recuperação, influenciada, ainda, pela melhoria do cenário externo.

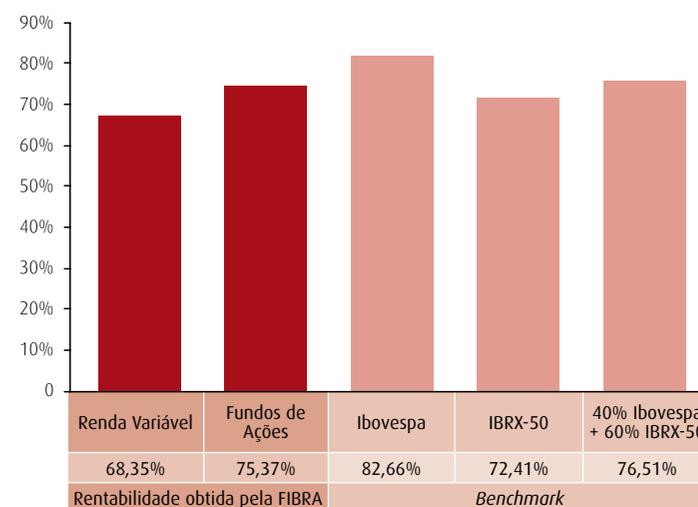
A FIBRA obteve 17,96% de rentabilidade no segmento de renda fixa (marcada a mercado) ou 12,56% (pelo critério contábil), principalmente em razão da oportunidade de antecipação dos vencimentos dos títulos públicos federais, de modo a aproveitar os bons prêmios concedidos para os vencimentos mais longos, antes da redução dos prêmios. Além disso, buscou investimentos de crédito, priorizando a liquidez diária e produtos estruturados, como os fundos de capital protegido.



RENDIMENTOS OBTIDOS EM RENDA VARIÁVEL

O ano de 2009 foi marcado pela recuperação dos mercados acionários mundiais. Os principais índices tiveram desempenho surpreendente, após um ano de fortes quedas em todo o mundo. No Brasil não foi diferente. O País obteve destaque nos noticiários internacionais pela forte reação em face da crise financeira global. Com isso, muitos investidores estrangeiros viram no Brasil uma excelente oportunidade de investimento com risco reduzido diante de um sistema financeiro não corroído pela crise. Basta dizer que o principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo, o Ibovespa, apresentou rentabilidade de 82,66% em 2009, seguido pelo IBRX-50, que registrou desempenho de 72,41%.

Nesse cenário, a FIBRA obteve em sua carteira de renda variável uma rentabilidade de 75,37%, resultado que, embora expressivo, ficou abaixo da meta esperada de 76,51%, representada pela combinação de 40% do Ibovespa e 60% do IBRX-50. A diferença reflete a postura cautelosa por parte dos gestores dos fundos integrantes da carteira, que estavam incertos quanto à possibilidade de recuperação dos mercados de forma tão acelerada quanto a que veio a se verificar em 2009.



RENDIMENTOS OBTIDOS EM IMÓVEIS

A carteira de imóveis apresentou rentabilidade de 9,66%, ficando levemente abaixo do seu *benchmark* (IPCA+6%a.a.), que se situou em 10,57%, devido à vacância de algumas salas comerciais no edifício Centro Comercial Itália. A FIBRA deu continuidade aos estudos previstos em seu Planejamento Estratégico, denominado de Programa de Rejuvenescimento da Carteira de Imóveis, realizando estudos e definindo um plano de trabalho para os próximos períodos, com o objetivo de diversificar a carteira desse segmento e maximizar seu resultado, por meio de investimentos em ⁽ⁱ⁾ Fundos de Investimentos Imobiliários, ⁽ⁱⁱ⁾ Fundos de Investimentos em Participações, e ⁽ⁱⁱⁱ⁾ alienação de ativos, entre outros.

GESTÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

REDUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FIBRA

A mudança do perfil dos participantes gera oportunidades e riscos. As oportunidades estão relacionadas com o rejuvenescimento da massa de participantes, que reduz o custo do plano. Os riscos são relacionados com a redução das contribuições, em termos reais, em face da redução da folha de pagamento da ITAIPU, que é a base de cálculo das contribuições para a FIBRA, tanto para o plano previdenciário quanto para o custeio administrativo.

A redução das contribuições da ITAIPU e dos participantes para o plano previdenciário demanda maior atenção com o fluxo de caixa e com os prazos dos investimentos, uma vez que atualmente a FIBRA já paga em benefícios valores superiores ao montante que recebe em contribuições, o que exige o resgate de investimentos.

A redução das contribuições da ITAIPU para o custeio administrativo da FIBRA, por sua vez, requer gestão ainda mais rigorosa das despesas administrativas, de forma a conciliá-las com os limites de receitas.

ALTERAÇÃO DE ESTATUTO E REGULAMENTO

Pode ser considerada uma experiência de sucesso a decisão do Conselho Deliberativo, tomada em 2005, de criar um Grupo de Trabalho – composto por dirigentes e conselheiros da FIBRA, representantes da ITAIPU e de entidades sindicais – para propor aprimoramentos no Plano de Benefícios da Fundação. As discussões internas sobre o Plano de Benefícios produziram pontos de melhoria que culminaram, em 2009, com propostas de revisão do Estatuto e do Regulamento do Plano de Benefícios da FIBRA, aprovadas pelo Conselho Deliberativo da FIBRA, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da ITAIPU, e pelo órgão regulador. Os detalhes desse processo estão sendo divulgados aos participantes e se encontram disponíveis no *site* da Fundação.

EVOLUÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL (RESERVA MATEMÁTICA)

O Passivo Atuarial – que representa o valor total dos compromissos atuais e futuros da FIBRA com seus participantes, já deduzidas as contribuições futuras – vem apresentando evolução acima do esperado nos últimos anos. Isso ocorre especialmente em consequência de variáveis como o aumento da expectativa de vida e o ganho real de salário/benefício, entre outros fatores. Tal situação vem sendo monitorada, mas ainda está sob controle em face dos expressivos resultados dos investimentos que vêm sendo obtidos.

O gráfico ao lado apresenta o Passivo Atuarial nos últimos 5 anos, acompanhado do crescimento nominal e percentual em cada ano.



Estudos vêm sendo desenvolvidos em várias frentes pelo atuário externo e pela FIBRA para o aprimoramento do cálculo do passivo, compreendendo o monitoramento de variáveis que possam causar algum desequilíbrio futuro, a reavaliação da consistência das hipóteses atuariais, a atualização da base de dados, a revisão dos cálculos efetuados e a introdução de programas computacionais mais detalhados e precisos.

O aprimoramento do cálculo não pressupõe resultado em uma única direção, quer seja de crescimento ou de diminuição do passivo. Ele pressupõe simplesmente maior precisão, pela introdução de técnicas e ferramentas mais adequadas à realidade atual, com o objetivo único de dar maior confiabilidade ao cálculo do passivo e maior segurança ao Plano de Benefícios.

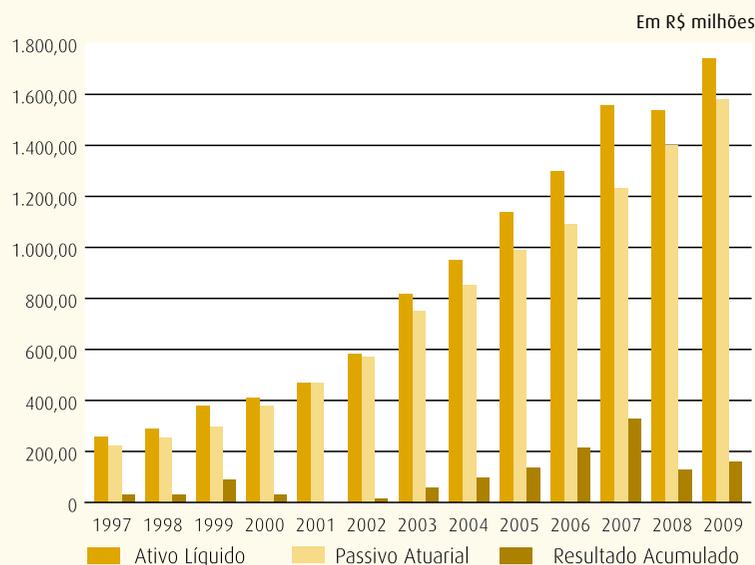


EVOLUÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (RESERVA TÉCNICA)

O Ativo Líquido teve acréscimo de R\$ 196,5 milhões no exercício, o que representa 12,80% sobre o exercício anterior.

A rentabilidade geral acumulada alcançou, em 2009, 22,34%, percentual superior ao IPCA + 6% a.a., que é a meta atuarial vigente e que atingiu 10,57%. O resultado da Fundação foi, pois, 111,35% maior do que sua meta, ou seja, mais do que o dobro.

O gráfico abaixo demonstra a evolução conjunta, ao longo dos últimos anos, do Passivo Atuarial, do Ativo Líquido e do resultado da FIBRA.



Evolução do Resultado da Fundação entre 1997 e 2009

RECEITAS DESTINADAS AO PROGRAMA PREVIDENCIAL

O montante das contribuições dos patrocinadores e dos participantes, de R\$ 49,1 milhões, tiveram acréscimo de 8,74% em relação ao ano anterior, como demonstrado abaixo:

Origem da Contribuição		2008 R\$ Mil	2009 R\$ Mil	Variação R\$ Mil	Variação %
Patrocinadores	Normal	20.764	22.751	1.987	9,57%
	Suplementar	3.211	3.519	308	9,57%
	Subtotal	23.975	26.270	2.295	9,57%
Participantes	Ativo	13.139	14.429	1.290	9,82%
	Autopatrocinados	1.057	448	(609)	(57,62)%
	Aposentado	6.748	7.664	916	13,57%
	Jóia, Taxa de Inscrição e Outras	265	322	57	21,51%
	Subtotal	21.209	22.863	1.654	7,80%
Total		45.184	49.133	3.949	8,74%

DESPESAS PREVIDENCIAIS COM O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

A FIBRA pagou R\$ 84,9 milhões em benefícios em 2009, com acréscimo de 14,11% em relação ao ano anterior. As principais causas desse aumento são ⁽ⁱ⁾ o acréscimo de 6,65% em novos beneficiários e ⁽ⁱⁱ⁾ o reajuste de 5,2117% concedido em novembro sobre os valores pagos em 2009.

Tipo de Benefício		2008 R\$ Mil	2009 R\$ Mil	Variação R\$ Mil	Variação %
Mensal Continuado	Aposentadoria	67.459	76.506	9.047	13,41%
	Pensão	6.752	7.890	1.138	16,85%
	Subtotal	74.211	84.396	10.185	13,72%
Pagamento Único	Restituição de contribuição	209	524	315	150,72%
	Auxílio-Funeral	4	4	-	-
	Subtotal	213	528	315	147,89%
TOTAL		74.424	84.924	10.500	14,11%

Como pode ser observado, em 2009 a FIBRA pagou em benefícios R\$ 35,7 milhões a mais do que recebeu de contribuições previdenciárias. Essa diferença foi coberta pelas reservas atuariais constituídas ao longo dos anos, o que demonstra já ter o Plano de Benefícios atingido sua maturidade, que é o ponto em que as despesas passam a ser superiores ao total de receitas e sua cobertura passa a depender de forma mais acentuada da rentabilidade dos investimentos.

MUDANÇAS NO AMBIENTE REGULATÓRIO

RESOLUÇÃO CMN Nº 3.792

A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, que substituiu a Resolução nº 3.456, dispõe sobre as novas diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios dos fundos de pensão. A medida teve grande impacto no segmento de previdência complementar por permitir maior flexibilidade às opções de investimentos justamente no momento em que a política econômica acena com a redução das taxas de juros.

Concomitantemente com o leque de novas oportunidades de aplicação, a Resolução prevê que os administradores e demais participantes do processo de investimentos das Fundações sejam certificados no mercado financeiro por entidade de reconhecido mérito. Outra exigência relevante é a de que os fundos de pensão utilizem um modelo de gestão baseado em controles de riscos, o que possibilita ⁽ⁱ⁾ a operação de *day trade*, ⁽ⁱⁱ⁾ melhor abordagem da questão da responsabilidade ambiental e ⁽ⁱⁱⁱ⁾ a melhoria na segmentação das classes de ativos.

PLANO DE CONTAS DOS FUNDOS DE PENSÃO

A partir de 2010, os fundos de pensão passam a adotar novo modelo de planificação contábil, instituída pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) por meio da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009.

De acordo com as novas diretrizes estabelecidas nesse modelo, o plano deve: ⁽ⁱ⁾ ser estruturado para o negócio previdência; assistência à saúde (ANS); e gestão administrativa; ⁽ⁱⁱ⁾ aumentar a visibilidade e transparência das operações ativas e passivas; ⁽ⁱⁱⁱ⁾ ser focado no plano de benefícios; e ^(iv) proporcionar informações precisas e simplificadas para o público interno e externo das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs).

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

O CGPC estabeleceu, ainda, por meio da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, novas regras para o custeio administrativo, considerando, inclusive, limites de despesas. A resolução atribuiu ao Conselho Deliberativo a competência de definir esses limites, bem como os indicadores de gestão dos gastos administrativos. Os critérios quantitativos e qualitativos devem considerar a adequação dos gastos e os resultados obtidos e observar aspectos como: ⁽ⁱ⁾ recursos garantidores dos planos de benefícios; ⁽ⁱⁱ⁾ quantidade e modalidade dos planos; ⁽ⁱⁱⁱ⁾ número de participantes e assistidos; e ^(iv) forma de gestão dos investimentos.



RELACIONAMENTO

PARTICIPANTES

Em 2009, o 7º Encontro de Participantes foi realizado em Foz do Iguaçu e superou, em termos de público, todas as versões anteriores, com mais de 1.200 pessoas entre participantes e convidados. Foi arrecadada mais de uma tonelada de alimentos não perecíveis, que foram distribuídos a entidades filantrópicas.

Em solenidade realizada na sede da Academia Brasileira de Letras (ABL), a FIBRA homenageou seus aposentados pelo Dia do Aposentado, representados pelo Sr. Rubens Nogueira. O evento, que já se tornou uma tradição no sistema de previdência complementar, possui a participação de diversos fundos associados à Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), os quais indicam um participante aposentado para ser homenageado.

COLEGIADOS

O relacionamento entre os colegiados da FIBRA e a Diretoria Executiva é um dos fatores que têm contribuído sobremaneira para os bons resultados obtidos pela Fundação nos últimos anos. Integrados por representantes titulares e suplentes indicados pelo patrocinador e eleitos pelo voto direto dos participantes ativos e assistidos, o Comitê de Investimentos e os Conselhos Deliberativo e Fiscal têm desempenhado importante função como órgãos fiscalizadores.

Em 2009, o Diretor-Geral Brasileiro do patrocinador ITAIPU Binacional reconduziu os diretores e integrantes do Conselho Deliberativo e do Comitê de Investimentos da FIBRA para o triênio 2009-2012.

COMUNIDADE PREVIDENCIÁRIA

A participação da FIBRA nos órgãos e colegiados que compõem o sistema de previdência complementar tem sido de grande importância tanto para a Fundação como para o próprio setor. No âmbito nacional, a FIBRA participa da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) como integrante de seu Conselho Deliberativo e das Comissões Técnicas Nacionais de Investimentos, Governança Corporativa, Relacionamento com o Participante e Contabilidade e, ainda, da Comissão Técnica Regional Sul de Assuntos Jurídicos. A Fundação também integra a Comissão de Ética do Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (SINDAPP), assim como a Associação Nacional dos Contadores de Entidades de Previdência (ANCEP), com participação ativa nos Grupos Técnicos de Contabilidade em apoio à Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

No âmbito estadual, a FIBRA ocupa uma das Diretorias da Associação dos Fundos de Pensão do Paraná (PREVIPAR), entidade responsável pela realização, em 2009, do 2º Curso de Capacitação de Dirigentes e Conselheiros e do I Encontro de Previdência Complementar da Região Sul.



7º Encontro de Participantes



Dia do Aposentado



O Diretor Geral e Diretores do patrocinador prestigiam a posse da diretoria da FIBRA e de seus conselheiros



Treinamento de Conselheiros

BALANÇO PATRIMONIAL

	R\$ MIL	
ATIVO	2009	2008
DISPONÍVEL	180	171
REALIZÁVEL	1.853.589	1.554.459
Programa Previdencial	89.695	90.845
Programa Administrativo	743	25
Programa de Investimentos	1.763.151	1.463.589
Renda Fixa	1.252.714	1.147.470
Renda Variável	435.296	244.239
Investimentos Imobiliários	28.859	29.210
Operações com Participantes	46.282	42.670
PERMANENTE	371	407
Imobilizado	246	330
Diferido	125	77
Total do Ativo	1.854.140	1.555.037

	R\$ MIL	
PASSIVO	2009	2008
EXIGÍVEL OPERACIONAL	5.308	5.065
Programa Previdencial	2.502	2.356
Programa Administrativo	539	643
Programa de Investimentos	2.267	2.066
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	40.196	-
Programa de Investimentos	40.196	-
EXIGÍVEL ATUARIAL	1.577.016	1.405.677
PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.577.016	1.405.677
Benefícios Concedidos	981.384	868.459
Benefícios a Conceder	637.958	579.404
Provisões Matemáticas a Constituir(-)	(42.326)	(42.186)
RESERVAS E FUNDOS	231.620	144.295
EQUILÍBRIO TÉCNICO	154.796	129.622
RESULTADOS REALIZADOS	154.796	129.622
Superávit Técnico Acumulado	154.796	129.622
FUNDOS	76.824	14.673
Programa Previdencial	58.707	-
Programa Administrativo	16.629	13.449
Programa de Investimentos	1.488	1.224
Total do Passivo	1.854.140	1.555.037

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	R\$ MIL	
DISCRIMINAÇÃO	2009	2008
PROGRAMA PREVIDENCIAL		
(+) Recursos Coletados	67.426	66.192
(-) Recursos Utilizados	(84.924)	(74.424)
(-) Constituições de Contingências	(23)	(15)
(-) Custeio Administrativo	(8.615)	(7.921)
(+) Resultado dos Investimentos Previdenciais	281.356	9.468
(-) Constituições de Provisões Atuariais	(171.339)	(181.386)
(-/+) Constituições/Reversões de Fundos	(58.707)	44.287
(=) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	25.174	(143.799)

	R\$ MIL	
DISCRIMINAÇÃO	2009	2008
PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
(+) Recursos Oriundos de Outros Programas	8.615	7.921
(+) Receitas	-	6
(-) Despesas	(8.244)	(7.938)
(+) Reversões de Contingências	36	29
(+) Resultados dos Investimentos Administrativos	2.772	105
(=) Constituições de Fundos	(3.179)	(123)
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+) Renda Fixa	142.185	148.920
(+/-) Renda Variável	174.736	(156.118)
(+) Investimentos Imobiliários	2.481	10.938
(+) Operações com Participantes	5.659	6.491
(-) Relacionados com o Disponível	-	(2)
(-) Outros	(473)	(466)
(-) Constituições de Contingências	(40.196)	-
(-) Resultados Transferidos de Outros Programas	(284.128)	(9.573)
(=) Constituições de Fundos	(264)	(190)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO

DISCRIMINAÇÃO		R\$ MIL	
		2009	2008
(-)	PROGRAMA PREVIDENCIAL	(16.225)	(9.900)
(+)	ENTRADAS	68.661	64.470
(+)	Recursos Coletados	67.426	66.192
(+/-)	Recursos a Receber	1.150	(2.627)
(+)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	85	905
(-)	SAÍDAS	(84.886)	(74.370)
(-)	Recursos Utilizados	(84.924)	(74.424)
(+)	Utilizações a Pagar	61	69
(-)	Constituições/Reversão de Contingências	(23)	(15)

DISCRIMINAÇÃO		R\$ MIL	
		2009	2008
(-)	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(8.992)	(8.003)
(-/+)	ENTRADAS	(693)	36
(+)	Receitas	-	6
(-)	Receitas a Receber	(730)	-
(+)	Reversões de Contingências	37	30
(-)	SAÍDAS	(8.299)	(8.039)
(-)	Despesas	(8.244)	(7.938)
(-)	Despesas a Pagar	(64)	(13)
(+/-)	Despesas Futuras	12	(3)
(+/-)	Permanente	36	(36)
(-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	(39)	(49)
(-)	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	25.227	18.009
(+)	Renda Fixa	36.941	40.044
(-)	Renda Variável	(16.321)	(27.499)
(+)	Investimentos Imobiliários	2.832	2.642
(+)	Operações com Participantes	2.046	3.061
(-)	Relacionadas com o Disponível	-	(2)
(-)	Outros	(271)	(237)
(=)	Fluxo nas Disponibilidades	10	106
(=)	Varição nas Disponibilidades	10	106

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS

Plano de Benefícios da FIBRA
CNPB nº 19880012184

Valores em R\$

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL			
ATIVO	2009	2008	
ATIVO	1.854.140.045,39	1.555.037.272,80	
DISPONÍVEL	180.597,32	170.753,95	
CONTAS A RECEBER	90.437.162,64	90.870.165,54	
APLICAÇÕES	1.763.151.576,32	1.463.589.483,49	
Renda Fixa	1.252.713.880,27	1.147.470.112,05	
Renda Variável	435.296.047,18	244.238.978,32	
Imóveis	28.859.427,14	29.210.461,32	
Empréstimos/Financiamentos	46.282.221,73	42.669.931,80	
BENS DE USO PRÓPRIO	370.709,11	406.869,82	

PASSIVO	2009	2008	
PASSIVO	1.854.140.045,39	1.555.037.272,80	
CONTAS A PAGAR	5.308.382,04	5.065.601,90	
VALORES EM LITÍGIO	40.196.018,73	-	
COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	1.577.015.810,40	1.405.676.661,15	
FUNDOS	76.824.135,30	14.673.009,73	
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	154.795.698,92	129.622.000,02	

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
DESCRIÇÃO	2009	2008
(+) CONTRIBUIÇÕES - Inclui rendimentos da rescisão da dação em pagamento no valor de R\$ 13.088 mil em 2008 e R\$ 8.948 mil em 2009	67.425.975,05	66.192.187,08
(-) BENEFÍCIOS	(84.923.513,28)	(74.424.231,43)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	284.128.016,69	9.572.844,83
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	266.630.478,46	1.340.800,48
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(8.207.225,80)	(7.902.849,51)
(-) UTILIZAÇÃO DE VALORES EM LITÍGIO	(23.378,11)	(15.575,83)
(-) UTILIZAÇÃO DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS (FORMAÇÃO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS)	(171.339.149,25)	(181.385.993,89)
(-/+) FORMAÇÃO/UTILIZAÇÃO DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(61.887.026,40)	44.164.363,25
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	25.173.698,90	(143.799.255,50)

Comentários sobre a RENTABILIDADE DO PLANO:

A rentabilidade geral da FIBRA, apurada pelo plano atuário pelo método de Taxa Interna de Retorno (TIR) com fluxo mensal, foi de 22,44% (0,97% em 2008), superior portanto, em 2009, à meta atuarial esperada, calculada pelo IPCA + 6% ao ano, que foi de 10,47% (12,77% em 2008).

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO PLANO:

A importância gasta em despesas administrativas no exercício de 2009 representou, do total das receitas previdenciais:

- 14,35% (15,02% em 2008) - se considerarmos todas as despesas administrativas, dos programas previdencial e de investimentos, custeadas pela sobrecarga administrativa, cujo limite é 15% das contribuições previdenciais.
- 8,40% (8,87% em 2008) - se considerarmos o critério permitido pela legislação vigente de custear as despesas de administração dos investimentos com recursos do próprio programa de investimentos (critério utilizado pela Secretaria de Previdência Complementar para verificação do cumprimento do limite de 15%).

Observação:

Publicado em atendimento à obrigação legal. No caso da FIBRA, por possuir um único plano de benefícios, esta demonstração é igual ao consolidado das demais, mas expressa em R\$.

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social – FIBRA, entidade patrocinada pela ITAIPU Binacional (entidade jurídica de direito internacional) e pela própria Fundação, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 4.367, de 30 de novembro de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e respectivos dependentes, nos termos do regulamento e do seu plano de benefícios e de custeio.

Em 31 de dezembro de 2009, a entidade encontra-se enquadrada nos limites estabelecidos pela Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

O Plano de Benefícios da FIBRA é único e pertence à modalidade de “Benefício Definido”, tendo como principal objetivo, suplementar o benefício de aposentadoria, concedido pela Previdência Social, limitado às carências previstas pelo regulamento.

Os benefícios abrangidos pelo plano de benefícios da FIBRA são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Auxílio-reclusão;
- Auxílio-funeral por morte de beneficiário;
- Suplementação do abono anual.

Os níveis básicos dos benefícios, bem como suas respectivas elegibilidades são previstas pelo regulamento.

A entidade possui somente um plano de benefícios e a sua estrutura de gestão dos investimentos é realizada internamente pela própria entidade e por intermédio de gestores contratados, conforme definido na sua política de investimentos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPS), aplicáveis as entidades fechadas de previdência complementar.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos do plano de benefícios mantido pela entidade.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em atendimento ao subitem 21, do item IV, do anexo E, da Resolução CGPC nº 05/2002 de 30 de janeiro de 2002 e alterações através da Resolução CGPC nº 10/2002 de 05 de julho de 2002 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), apresentamos a seguir as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis.

3.1 Apuração de Resultados

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

3.2 Programa de Investimentos

• Renda Fixa e Renda Variável

Considerando as disposições das Resoluções do CGPC nº 4/02, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

- (i) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição; e
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

Os títulos classificados no item (i) acima, são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício.

Os títulos classificados no item (ii) acima, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, até a data do balanço.

• Investimentos Imobiliários

Demonstrados ao custo de aquisição e ajustado a valor de mercado por reavaliação efetuada em abril de 2008, suportada por laudos técnicos, menos depreciação acumulada e acrescida dos aluguéis a receber, conforme determina a Resolução nº 5, de 30 de janeiro de 2002, do CGPC. As depreciações são calculadas pelo método linear, pelo prazo de vida útil restante para os imóveis reavaliados.

• Operações com Participantes

Registra as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos). As operações feitas anteriormente a 2003 são atualizadas pelo índice Taxa Referencial - TR, acrescidas de juros de 1% ao mês, enquanto que as operações efetuadas a partir de 2003, são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescidas de juros de 0,7% ao mês, IOF e seguro.

• Provisão para Perdas

Constituída considerando avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou considerados de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.3. Ativo Permanente

Avaliado pelo custo de aquisição e considera:

- Depreciação de acordo com a vida útil estimada dos bens, sendo 10% para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos e 20% para computadores e periféricos, calculada pelo método linear.
- Amortização do diferido, pelo prazo de 5 anos.

3.4 Exigível Operacional

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

3.5 Exigível Contingencial

Os valores registrados no exigível contingencial relativos a Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF do Programa de Investimentos, que por decisão judicial estão com a exigibilidade suspensa, estão apresentados pelos atualizados históricos e líquidos dos seus respectivos depósitos judiciais.

Durante o exercício de 2004, a Fundação depositou o IRRF judicialmente, tomando como base à alíquota de 20% sobre os rendimentos auferidos, limitado a 12% da contribuição da patrocinadora, conforme estabelece a Medida Provisória MP nº 2.222, de 04 de setembro de 2001.

Com a publicação da Lei nº 11.053, em 29 de dezembro de 2004, a partir de 01 de janeiro de 2005, a fundação passou a ser isenta do pagamento do imposto de renda. (nota explicativa 6)

Em 20 de novembro de 2009, a ação cautelar, na análise de mérito, foi julgada improcedente, porém com contradições, equívocos e omissões que levou a FIBRA, com orientação de seus consultores jurídicos, com base no artigo 535 do Código de Processo Civil, apresentar embargos de declaração, além de provisionar contabilmente a diferença entre o Auto de Infração e o valor depositado judicialmente. (nota explicativa 6)

3.6 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos da consultoria atuarial externa Jessé Montello Serviços em Atuária e Economia Ltda, contratada pela entidade, e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou aos seus beneficiários.

A entidade adota o método de crédito unitário projetado para o cálculo das provisões matemáticas de todos os benefícios, exceto os relativos a auxílio reclusão e funeral, que foram avaliados pelos métodos de capital de cobertura e repartição simples, respectivamente. A estrutura do cálculo atuarial contempla aumentos salariais de 1,92% (1,93% em 2008) ao ano, uma taxa de rotatividade média de 0,13% ao ano (0,13% em 2008) e uma taxa de retorno dos investimentos à razão de 6% (6% em 2008) ao ano depois de descontados os efeitos da inflação.

• Benefícios Concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, ou seja, aposentadorias e pensões.

• Benefícios a Conceder

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, conforme descrito a seguir:

- (i) os benefícios do plano com a geração atual correspondem ao valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.
- (ii) outras contribuições da geração atual registram o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes no plano (ou de novos empregados das patrocinadoras), bem como as contribuições a serem recolhidas pelas patrocinadoras sobre o valor dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual.

• Provisões Matemáticas a Constituir

Correspondem à parcela de provisão a constituir relativa ao tempo de serviço anterior e que está sendo integralizada por taxa suplementar sobre a folha de salários dos empregados da patrocinadora, a vigorar durante 480 meses a contar da data de constituição da entidade, em abril de 1988, e amortizada pelo mesmo prazo.

As provisões matemáticas foram reavaliadas pelo atuário responsável na data base de 31 de dezembro de 2009.

Na avaliação atuarial de 2009 foram promovidas as seguintes modificações nos métodos de financiamento e hipóteses, em relação ao exercício de 2008: a) constituição do fundo de oscilação de rentabilidade atuarial, para dar cobertura à eventualidade de não se alcançar em determinado período a meta atuarial de rentabilidade, no valor de R\$ 58.707; b) impacto relativo à projeção de crescimento Real de Salário e de Rotatividade, no valor de R\$ 352; e c) impacto decorrente da necessidade de se desagregar em 10% as probabilidades de morte da Tábua Geral de Mortalidade e da Tabula de Mortalidade de Inválidos, no valor de R\$ 25.478. Estas modificações resultaram na diminuição do Superávit Técnico de R\$ 84.537 em 2009.

3.7 Fundos

• Programa Previdencial

Corresponde ao Fundo de Oscilação de Rentabilidade Atuarial, no valor de R\$ 58.707, constituído atuarialmente para garantir questões que, eventualmente, possam vir a interferir na capacidade da fundação em obter a taxa de juros de 6% ao ano, necessária ao equilíbrio atuarial do plano.

• Programa Administrativo

Permanente. Compreende um fundo constituído pelos valores registrados no ativo permanente. Sua finalidade é segregar os recursos do programa administrativo dos recursos do programa previdencial, com o objetivo de retirá-lo do ativo líquido que garante as provisões matemáticas.

Financeiro. A contribuição para atender aos gastos administrativos da FIBRA, segundo os procedimentos de execução financeira com relação às contribuições do patrocinador ITAIPU Binacional para a entidade, é repassada pelo limite de 15% das contribuições e as eventuais sobras entre esse limite e o valor efetivamente realizado são mensalmente contabilizadas no fundo administrativo para custeio futuro.

• Programa de Investimentos

Constitui a reserva de garantia de empréstimos para fazer face à cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer, bem como para quitar débitos previdenciários dos assistidos e pensionistas.

3.8 Transferências Interprogramas

• Programa de Investimentos

As receitas dos investimentos mensais (correção monetária, juros, deságio, prêmios, dividendos, lucros de venda, etc.), deduzidas das despesas (imposto de renda, IOF, prejuízos na venda, depreciações dos investimentos imobiliários, ágio, etc.), são transferidas para os

programas previdencial e administrativo, de acordo com os recursos de cada programa.

• Programa Previdencial

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações dos recursos disponíveis do plano de benefícios e transfere valores para o programa administrativo para cobertura das despesas administrativas.

• Programa Administrativo

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações do fundo administrativo disponível, além dos valores transferidos do programa previdencial para cobertura das despesas administrativas.

3.9 Custeio Administrativo

As despesas administrativas são contabilizadas no programa administrativo e a importância gasta em despesas administrativas no exercício de 2009 representou, do total das receitas previdenciárias:

- 14,35% (15,02% em 2008) - considerando todas as despesas administrativas, dos programas previdencial e de investimentos, custeadas pela sobrecarga administrativa (critério contabilizado);
- 8,40% (8,87% em 2008) - considerando o critério permitido pela legislação vigente de custear as despesas de administração do programa de investimentos com recursos do próprio programa de investimentos (critério utilizado pela Secretaria de Previdência Complementar para verificar o cumprimento do limite de 15%).

4. REALIZÁVEL

4.1 Programa Previdencial

	2009	2008
Recursos a receber		
Contribuições normais e sobrecarga administrativa	3.569	4.144
Patrocinador ITAIPU Binacional	3.558	4.047
Autofinanciados	11	97
Contribuições extraordinárias - Patrocinador ITAIPU Binacional	551	517
Contribuições contratadas - Patrocinador ITAIPU Binacional	85.575	86.184
Outras contratações - Rescisão de Dação em Pagamento (nota explicativa 10)	85.575	86.184
	89.695	90.845

4.2 Programa Administrativo

	2009	2008
Receitas a Receber	731	-
Sobrecarga Administrativa – Patrocinador ITAIPU Binacional	731	-
Despesas futuras	12	24
Adiantamentos	12	24
Outros realizáveis	0	1
Créditos junto a terceiros	0	1
	743	25

4.3 Programa de Investimentos

• Renda Fixa – Títulos para Negociação

	2009		2008	
	Custo Histórico de Aquisição	Valor de Mercado	Custo Histórico de Aquisição	Valor de Mercado
Caderneta de Poupança	12.828	12.828	-	-
CDB - Certificado de Depósito Bancário	32.600	34.786	92.100	98.453
Notas do Tesouro Nacional -NTN-B e C	226.900	253.020	211.397	232.086
Fundos de Investimentos				
Fundo RB Fidúcia HI Institucional FIDC	1.138	1.943	1.930	3.171
BRZ Crédito Privado FIM	5.878	8.140	5.878	7.422
FI Referenciado UBS Pactual Yield DI	989	991	6.067	6.103
FIC FIDC Caixa UBS Pactual	4.091	7.492	6.545	10.793
Itaú Performance RF FI	-	-	5.630	5.674
UBS Pactual CAP Prot IBOV FI Multi	-	-	6.000	6.058
Votorantim FI Institucional RF	32.666	32.955	5.245	5.266
BNP Paribas Troppo VIII FIM CP	1.400	1.509	-	-
BNPP Troppo SUD FI Multi Cap Prot	4.230	4.027	-	-
BTG Pactual Capital Protegido II	4.000	4.017	-	-
FIC FIDC Caixa Pactual II	3.866	3.938	-	-
UBS Pactual Emissões Primárias	3.071	3.176	-	-
Subtotal – Fundos de Investimentos	61.329	68.188	37.295	44.487
Total de Títulos para Negociação	333.657	368.822	340.792	375.026

• Renda Fixa – Títulos Mantidos até o Vencimento

	2009		2008	
	Custo Histórico de Aquisição	Valor Atualizado Pela Curva dos Ativos	Custo Histórico De aquisição	Valor Atualizado Pela Curva dos Ativos
Certificados de Recebíveis Imobiliários	1.317	2.880	1.878	4.115
Debêntures Não Conversíveis	5.000	8.672	5.240	8.830
Letras Financeiras do Tesouro – LFT-B	3.590	10.254	7.790	20.237
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B e C	790.971	862.086	671.179	739.262
Total de Títulos Mantidos até o Vencimento	800.878	883.892	686.087	772.444
Total Renda Fixa	1.134.535	1.252.714	1.026.879	1.147.470

Os títulos e valores mobiliários de renda fixa possuem os seguintes vencimentos:

	Para negociação	Mantidos até o vencimento	Total
Até 60 dias	81.016	1.999	83.015
De 61 a 180 dias	22.692	16.093	38.785
De 181 a 360 dias	38.540	12.928	51.468
Acima de 360 dias	217.359	862.087	1.079.446
	359.607	893.107	1.252.714

A classificação dos prazos é apresentada de acordo com os vencimentos dos títulos da carteira própria e em fundos de investimentos.

• Letras Financeiras do Tesouro – LFT-B's

A FIBRA possui em 31 de dezembro de 2009, R\$ 10.254 em Letras Financeiras do Tesouro - LFT-Bs, recebidas do Tesouro Nacional em decorrência dos termos do acordo entre credores e o Estado de Alagoas e do aditamento ao contrato entre a União, FIBRA e o Estado de Alagoas.

Restam pendências judiciais decorrentes do teor da Resolução do Senado Federal nº 53/2002, que introduziu o risco de restituição de valores na hipótese de manifestação final da Justiça pela invalidade dos títulos, risco esse considerado mitigado pela possibilidade de compensação com créditos constituídos ou a constituir, decorrentes de ações judiciais movidas pela FIBRA e de documentos firmados pelo Estado de Alagoas por ocasião do acordo.

Das 96 parcelas previstas, 86 já foram recebidas, sendo 2 em 2002, 12 em 2003, 12 em 2004, 12 em 2005, 12 em 2006, 12 em 2007, 12 em 2008 e 12 em 2009. O detalhamento dos valores envolvidos

no acordo, bem como os reflexos nas demonstrações financeiras da entidade em 2009, estão demonstrados a seguir:

Valor das LFT-B's no início do exercício de 2009, já descontadas as parcelas recebidas até 2008 e o desconto repassado ao Estado de Alagoas por ocasião do acordo firmado	20.237
(+) Rendimentos apropriados no exercício de 2009	1.502
(-) Parcelas recebidas no exercício de 2009	(11.485)
(+) Créditos condicionais a receber, previstos no acordo firmado	8.346
(-) Provisão para perda dos créditos a receber	(8.346)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2009	10.254

• Negociação de Títulos Classificados na Categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”

Visando garantir uma taxa de juros mais elevada por um prazo maior, em 2009 a FIBRA antecipou a substituição de lotes de títulos federais por vencimentos mais longos, junto à carteira própria, conforme previsto no art. 1º da Resolução CGPC 15, de 23 de agosto de 2005. As operações de vendas e compras bem como os resultados destas operações estão a seguir demonstrados:

Operação	Quantidade / Título	Vencimento	Data da Liquidação	Valor da Negociação	Valor Atualizado pela Curva do Ativo da Data da Negociação	Resultado da Operação
Venda	20.000 NTN-B	15/11/09	24/03/09	36.875	31.963	4.912
Venda	10.000 NTN-B	15/08/10	16/04/09	18.323	15.685	2.638
Venda	10.000 NTN-B	15/11/09	18/06/09	18.466	16.015	2.451
Venda	10.000 NTN-B	15/05/11	18/06/09	18.449	17.245	1.204
Venda	10.000 NTN-B	15/08/12	18/06/09	18.492	18.436	56
Venda	10.000 NTN-B	15/05/11	22/10/09	19.057	17.976	1.081
Venda	3.591 NTN-B	15/11/09	22/10/09	6.824	6.811	13
Venda	2.351 NTN-B	15/11/09	22/10/09	4.468	4.460	8
Total de Vendas				140.954	128.591	12.363
Compra	30.000 NTN-B	15/08/24	24/03/09	50.778	50.778	
Compra	11.131 NTN-B	15/05/35	16/04/09	18.324	18.324	
Compra	31.745 NTN-B	15/05/35	18/06/09	55.383	55.383	
Compra	6.396 NTN-B	15/05/35	22/10/09	11.292	11.292	
Compra	10.794 NTN-B	15/05/35	22/10/09	19.058	19.058	
Total de Compras				154.835	154.835	

• Provisões CDBs de emissão do Banco Santos S.A.

Com a intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos S.A., em 12 de novembro de 2004, a Fundação constituiu provisão de R\$ 16.821, para eventual perda dos CDBs emitidos por este Banco. Esses papéis integravam a carteira do fundo exclusivo Associate-FI administrado pelo Banco Votorantim S.A. Com a extinção do fundo exclusivo, realizado pelo resgate dos ativos, este direito de crédito passou para a carteira própria, estando registrado pelo valor da habilitação na massa falida (R\$ 17.561), com a provisão para perda do mesmo valor.

Em razão da decretação da falência do Banco Santos S.A., ocorrida em 20.09.2005, houve a necessidade de contratação de serviços advocatícios para a habilitação dos créditos junto à massa falida e as providências para a busca de ressarcimento dos créditos da Fundação.

Após diversas reuniões com o grupo de credores constituído pela ABRAPP e em conjunto com outros fundos de pensão, com o objetivo de avaliar as estratégias de ações judiciais, com vistas à recuperação dos ativos do Banco Santos, a Fundação, com aprovação de seu Conselho Deliberativo contratou o escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra para o acompanhamento do processo de falência, decidindo-se, também, por eventual contratação de outro escritório para a busca de resultados extra-falenciais, caso se revele conveniente.

• Renda Variável

	2009		2008	
	Custo histórico de aquisição	Valor de mercado	Custo histórico de aquisição	Valor de Mercado
Fundos Exclusivos				
FIA Merlot	49.661	97.437	49.661	53.058
BRAM FIB FIA	6.737	58.749	6.737	33.481
FI FIB Ações Previdenciário	14.780	66.588	14.780	38.951
Schroder FIB FIA	9.076	70.919	9.076	40.474
Subtotal - Fundos Exclusivos	80.254	293.693	80.254	165.964
Fundos Mútuos				
BBM Valuation 1 FIA	9.891	13.303	9.891	5.695
Bradesco FIA Dividendos	19.101	21.713	19.101	14.225
Bradesco FIA Inst. IBX Ativo	41.669	55.134	5.186	3.260
Bradesco FIA Selection	-	-	17.055	10.828
FI Votorantim Ações	-	-	3.452	2.074
IP Participações FIA	-	-	1.569	5.256
Itaú Inst. Ibovespa Ativo Ações FI	-	-	5.905	3.579
Mellon Income FIA	24.072	27.401	24.072	15.990
Subtotal - Fundos Mútuos	94.733	117.551	86.231	60.907

	2009		2008	
	Custo histórico de aquisição	Valor de mercado	Custo histórico de aquisição	Valor de Mercado
Fundos de Investimentos em Participações				
Brascan de Petróleo e Gás	2.350	2.094	1.813	1.705
Capital Mezanino	7.794	8.044	5.731	5.550
Empreendedor Brasil FMIEE	5.854	3.642	5.654	5.592
Logística Brasil FIP	10.620	10.200	4.620	4.521
Terra Viva	141	72	-	-
Subtotal - Fundos de Investimentos em Participações	26.759	24.052	17.818	17.368
Total de Renda Variável	201.746	435.296	184.303	244.239

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado. Os títulos e valores mobiliários, de Renda Fixa e de Renda Variável, estão custodiados no Banco Bradesco S.A.

• Investimentos Imobiliários

A entidade procedeu, em abril de 2008, a reavaliação de todos os imóveis componentes dos investimentos imobiliários, suportada por laudo de avaliação dos peritos independentes “EBRAPE - Empresa Brasileira de Avaliação de Patrimônio e Engenharia Ltda”. O método avaliatório utilizado foi o “Método comparativo de dados de mercado”, fundamentado em ampla pesquisa de mercado e envolvendo, além de preços ofertados e/ou comercializados, as características e atributos que exerçam influência no valor. O ganho apurado entre o confronto dos valores reavaliados e os valores contábeis líquidos, no valor de R\$ 8.681, foi incorporado, em 30 de abril de 2008, aos saldos dos investimentos imobiliários, a crédito de receitas do Programa de Investimentos.

Os ativos reavaliados passaram, a partir de maio de 2008, a ser depreciados pela sua vida útil remanescente estimada no referido laudo de reavaliação, ou seja, 35 anos ou 2,86% ao ano

O detalhamento dos investimentos imobiliários, em 31 de dezembro de 2009, está a seguir demonstrado:

	Valor contábil	Depreciações Acumuladas	Aluguéis a Receber	Saldo Líquido Contábil
Edificações para uso próprio	1.283	(49)	-	1.234
Edificações locadas ao Patrocinador	10.513	(391)	108	10.230
Edificações locadas a terceiros	17.925	(685)	155	17.395
	29.721	(1.125)	263	28.859

• Auditoria de Gestão dos Investimentos

Em conexão com a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, foi decidido manter a realização dos trabalhos de auditoria de gestão dos investimentos por nossos auditores externos, com o objetivo de avaliar a pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle utilizados na gestão dos recursos da entidade. O resultado desta auditoria consta em parecer específico, que atende ao disposto na referida Resolução.

• Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

	2009	2008
Renda fixa	1.252.714	1.147.470
Títulos de responsabilidade do governo federal	1.125.360	991.585
Aplicações em instituições financeiras	118.682	147.055
Títulos de empresas	8.672	8.830
Renda variável	435.296	244.239
Fundos de investimentos	435.296	244.239
Investimentos imobiliários	28.859	29.210
Edificações	28.859	29.210
Operações com participantes	46.282	42.670
Empréstimos	46.282	42.670
Total do programa de investimentos	1.763.151	1.463.589

5. EXIGÍVEL OPERACIONAL

	2009	2008
Programa Previdencial		
Utilizações a pagar – Provisões	642	581
Outras exigibilidades – seguro de vida e assistência médica	1.860	1.775
Total Programa Previdencial	2.502	2.356

Do valor de R\$ 1.860, demonstrado em 2009 – “Outras Exigibilidades”, R 1.638 (R\$ 1.775, em 2008), refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, R\$ 149, refere-se ao seguro de vida em grupo dos assistidos e autopatrocinadores e R\$ 62, relativo aos custos de assistência médica hospitalar e odontológica – PAMHO, descontado na folha de pagamento de benefícios de dezembro de 2009 e que serão pagos em janeiro de 2010, além de R\$ 11, referente ao saldo da verba para restauração do 7º andar do Edifício Centro Comercial Itália, recebido da Unimed, em 2006, conforme termo de rescisão do contrato.

	2009	2008
Programa Administrativo		
Despesas a pagar	469	533
Outras exigibilidades - impostos a recolher	70	110
Total Programa Administrativo	539	643

O valor de R\$ 70, demonstrado em 2009 – “Outras Exigibilidades”, (R\$ 110, em 2008) refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, sobre a folha de pagamento dos empregados da fundação e sobre serviços prestados em dezembro/09, que serão pagos em janeiro de 2010.

	2009	2008
Programa de Investimentos		
Outras exigibilidades - honorários advocatícios	2.267	2.066
Total Programa de Investimentos	2.267	2.066

O valor de honorários advocatícios de R\$ 2.268 (R\$ 2.066 em 2008), provisionado no balanço de 2009 em “Outras Exigibilidades”, corresponde ao saldo remanescente e atualizado, a ser pago por ocasião do cumprimento de condições contratuais relativas ao afastamento dos riscos decorrentes do teor da Resolução no 53/02 do Senado Federal.

6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

6.1 Exigível Contingencial – Programa de Investimentos

Os valores das provisões e dos depósitos judiciais efetuados, relativos ao exigível contingencial do Programa de Investimentos estão a seguir demonstrados (em 2008 os valores demonstrados são originais):

	Valores Atualizados	Valores Originais
	2009	2008
Provisões Acumuladas Atualizadas		
IRRF anistia	111.643	44.737
Provisões iniciais	44.737	44.737
Atualização das provisões contabilizadas em 2009	26.710	-
Provisão Complementar contabilizada em 2009	40.196	-
IRRF RET	16.206	8.624
Provisões iniciais	8.624	8.624
Atualização das provisões efetuada em 2009	7.582	-
Subtotal das Provisões Acumuladas Atualizadas	127.849	53.361

(-) Depósitos Judiciais Realizados		
IRRF anistia	(71.447)	(44.737)
Depósitos Judiciais efetuados	(44.737)	(44.737)
Atualização dos depósitos judiciais contabilizados em 2009	(26.710)	-
IRRF RET	(16.206)	(8.624)
Depósitos Judiciais efetuados	(8.624)	(8.624)
Atualização dos depósitos judiciais contabilizados em 2009	(7.582)	-
Subtotal dos Depósitos Judiciais Atualizados	(87.653)	(53.361)
Saldo do Exigível Contingencial do Programa de Investimentos	40.196	0

• Imposto de Renda (IRF)

Fundamentada em parecer de seus assessores jurídicos, com base em outras teses jurídicas além da imunidade tributária, a entidade interpôs ação cautelar relativa ao IRRF, tendo obtido liminar judicial que possibilitou:

- depositar judicialmente o valor original devido, do imposto de renda relativo aos 5 anos e optar pela anistia dos juros e multas de que trata a MP 2.222, de 4 de setembro de 2001, sem desistência das ações judiciais e sem renunciar direitos, conforme estabelecido na referida Medida Provisória;
- depositar judicialmente os valores de IRRF apurados a partir de setembro de 2001, utilizando a alíquota descrita no Regime Especial Tributário (RET);
- continuar questionando judicialmente a incidência do IRRF, sob as alegações de outras teses, tais como: bitributação, não incidência, isonomia com entidades abertas de previdência (proporcionalidade e razoabilidade).

Na eventualidade de não ter, no julgamento final do mérito, seus pleitos acatados pelo Poder Judiciário a entidade poderá requerer a desistência de todas as ações judiciais relativas aos tributos, além de desistir de qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações, com a consequente reversão dos valores depositados judicialmente em renda da União, de forma a preservar os efeitos da anistia, conforme parecer jurídico.

Para fins de prevenir a decadência de seu direito de cobrar o IRRF discutido na ação judicial e objeto de depósito judicial, a Secretaria da Receita Federal lavrou um primeiro Auto de Infração, no qual lançava de ofício o crédito tributário relativo apenas ao valor do principal do imposto, ou seja, sem multa ou juros de mora.

Posteriormente, porém, a Secretaria da Receita Federal lavrou

outro Auto de Infração complementar, em substituição ao primeiro, corrigindo o valor do principal (imposto) lançado, que no primeiro Auto se encontrava a maior. Neste Auto, porém, foi lançado também juros de mora. Apresentada a impugnação ao lançamento, foi julgada improcedente.

Em 22 de setembro de 2004, a FIBRA recebeu da Delegacia da Receita Federal, cópia do acórdão da decisão que ratificou o entendimento da fiscalização daquele órgão federal que julgou procedente a exigência do IR relativo ao período da anistia, ou seja, 01/1997 a 08/2001, bem como a aplicabilidade dos juros de mora, da forma que constam no Auto de Infração complementar emitido contra a FIBRA.

Diante da decisão, a FIBRA apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, onde foi necessário fazer arrolamento de bens, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 264/02, pois segundo parecer dos advogados que defendem a ação, o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados e, que os depósitos judiciais efetuados garantem a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

A Fundação solicitou no Processo Judicial o cancelamento do Auto de Infração, tendo em vista, que os valores estão com as suas exigibilidades suspensas em função dos depósitos judiciais, o juiz da 6ª vara da Justiça Federal de Brasília, determinou o cancelamento do Auto de Infração, pois além do desrespeito do Fisco à ordem judicial, que garantiu a FIBRA o direito de depositar judicialmente o IRRF discutido, para assegurar a anistia, no Auto de Infração, foram aplicados juros de mora a partir do vencimento da obrigação tributária, o que eleva o valor exigido do imposto.

A pedido da Fazenda Pública Nacional, o mesmo Juiz Federal revogou sua decisão que havia determinado o cancelamento do Auto de Infração.

O recurso voluntário no Conselho de Contribuintes foi julgado improcedente, sendo que o relator alegou que quando findo o processo judicial, a fundação deveria recolher somente aquilo que o juiz estipulasse como devido.

Diante da decisão desfavorável e com orientação de seus consultores jurídicos, a FIBRA, em junho de 2006, apresentou Embargos de Declaração, alegando contradições e omissões na decisão do Conselho de Contribuintes. Caso haja nova decisão desfavorável no julgamento dos Embargos de Declaração, a fundação poderá ainda entrar com Recurso Especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Sem prejuízos dos direitos discutidos nas ações individuais, em que vem discutindo a exigibilidade do IR, em dezembro de 2005, a Fundação desistiu das ações coletivas impetradas pela Associação

Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, em atendimento ao disposto no artigo 94, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Em dezembro de 2004, a FIBRA contratou o Dr. Marco Aurélio Greco, para emitir parecer acerca das teses que vem sendo defendidas judicialmente, cuja opinião é fundamental no julgamento do processo.

Em setembro de 2006, a FIBRA obteve, por meio de seus advogados, junto à 6ª Vara Federal de Brasília a emissão de Ofício judicial determinando a alteração da correção da conta de TR para SELIC. Com isso a conta dos depósitos judiciais passou a ser corrigida, pela SELIC e não mais pela TR, como vinha ocorrendo. Resta a pendência quanto à correção do período passado, em que a conta vinha sendo corrigida pela TR, sendo que a FIBRA já pleiteou a regularização do saldo, visto que a determinação judicial é para correção anterior e futuro dos depósitos judiciais.

Com a publicação da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que instituiu o REFIS IV, a FIBRA reavaliou sua questão tributária tendo em vista uma eventual adesão aos benefícios propostos.

Após a análise dos termos da Lei e da Portaria Conjunta nº 10, subscritas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Receita Federal, de 9 de novembro de 2009, onde estabelece que só terão direito aos descontos previstos em lei os contribuintes que depositaram judicialmente, além do valor principal do tributo questionado, as respectivas multas e juros, concluiu-se que a FIBRA ficou impossibilitada de aderir ao REFIS IV.

Diante disso, o Conselho Deliberativo decidiu pela manutenção das ações judiciais assim como, com base no § 2º, do artigo 12, da Resolução nº 13, de 01 de outubro de 2004, onde estabelece que para a realização dos objetivos da EPFC “os riscos identificados devem ser avaliados com observância dos princípios de conservadorismo e prudência, sendo recomendável que as prováveis perdas sejam provisionadas, antes de efetivamente configuradas”, efetuar a provisão da diferença entre o Auto de Infração Complementar atualizado (R\$ 111.643) e o saldo da conta judicial (R\$ 71.447) no valor de R\$ 40.196 (atribuída à remuneração a menor da conta judicial de TR para SELIC e juros desde os fatos geradores do Auto de Infração Complementar).

Em 30 de novembro, a ação cautelar, na análise de mérito, foi julgada improcedente, porém com contradições, equívocos e omissões que levou a FIBRA, com orientação de seus consultores jurídicos, com base no artigo 535 do Código de Processo Civil, apresentar embargos de declaração.

6.2 Exigível Contingencial – Programa Administrativo

• Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS)

O Supremo Tribunal Federal – STF ao analisar a constitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, que trata da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e para o Programa de Integração Social – PIS, entendeu que somente existirá base de cálculo das mencionadas contribuições se houver faturamento, ou seja, venda de mercadorias ou de prestação de serviços ou a combinação de ambos.

A base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecida para os fundos de pensão é lastreada na referida lei e resulta na soma do custeio administrativo (sobrecarga administrativa) e na remuneração do fundo administrativo, não sendo, portanto, faturamento.

Com base na decisão do STF e em parecer jurídico, a FIBRA interpôs ação judicial visando o reconhecimento da não sujeição ao recolhimento das referidas contribuições sobre o custeio administrativo (sobrecarga administrativa e remuneração do fundo administrativo), tendo obtido liminar que permitiu depósito judicial dos valores da COFINS e do PIS, relativos a fatos geradores a partir da competência de agosto de 2008. A ação visa, ainda, à recuperação dos valores de PIS e COFINS que foram recolhidos após o encerramento das ações, relativa à anistia instituída pela MP nº 2.222/01.

Os valores das provisões e dos depósitos judiciais efetuados, relativos às contribuições para o PIS e para a COFINS estão a seguir demonstrados (em 2008 os valores demonstrados são originais):

	Valores Atualizados	Valores Originais
	2009	2008
Provisões Acumuladas		
COFINS	578	78
PIS	94	13
Atualização das Provisões	43	-
Subtotal das Provisões Acumuladas	715	91
(-) Depósitos Judiciais		
COFINS	(578)	(78)
PIS	(94)	(13)
Atualização dos Depósitos Judiciais	(43)	-
Subtotal das Provisões Acumuladas	(715)	(91)
Saldo do Exigível Contingencial do Programa Administrativo	0	0

7. EXIGÍVEL ATUARIAL

A composição do exigível atuarial, em 31 de dezembro de 2009, e respectiva movimentação no exercício findo nesta data é a seguinte:

	2009	2008
Provisões Matemáticas		
Benefícios Concedidos	981.384	868.459
Benefícios do plano	981.384	868.459
Benefícios a Conceder	637.958	579.404
Benefícios do plano com a geração atual	879.837	823.977
(-) Outras contribuições da geração atual	(241.879)	(244.573)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir – Serviços passados	(42.326)	(42.186)
Reservas a amortizar	(42.326)	(42.186)
Total de Provisões Matemáticas	1.577.016	1.405.677

A movimentação das provisões matemáticas no exercício foi a seguinte:

No início do exercício	1.105.677
Constituição no exercício de 2009	471.339
Saldo no final do exercício de 2009	1.577.016

8. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representam os resultados acumulados obtidos pela entidade e registrado na conta de resultados realizados.

9. FUNDOS – PROGRAMA ADMINISTRATIVO

A constituição nos exercícios findos em 31 de dezembro, foi efetuada da seguinte forma:

	2009	2008
Fundo Administrativo Permanente	371	407
Saldo inicial	407	371
Reversão/Constituição	(36)	36
Fundo Administrativo Financeiro	16.258	13.042
Saldo anterior	13.042	12.956
Custeio administrativo do exercício	8.615	7.921
Outras receitas administrativas	-	6
Despesas administrativas do exercício	(8.244)	(7.939)
Remuneração do fundo	2.772	105
Reversão/Constituição do fundo administrativo do financeiro para o permanente	36	(36)
Reversões/Constituições de contingências	37	29
Saldo dos Fundos do Programa Administrativo	16.629	13.449

10. OUTRAS CONTRATAÇÕES COM O PATROCINADOR – ITAIPU – RESCISÃO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

O “Instrumento Particular de Rescisão de Dação em Pagamento” foi assinado, entre a FIBRA e o patrocinador ITAIPU Binacional, em 18 de dezembro de 2003 e contemplou todos os aspectos exigidos pela Resolução CGPC nº 17, de 11 de julho de 1996. Cópia do contrato foi remetido para a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) em 22 de dezembro de 2003, atendendo as disposições legais. Após o envio de documentos complementares solicitados pela PREVIC- Superintendência Nacional de Previdência Complementar, órgão governamental que substituiu a SPC, durante alguns meses de 2005, em 13 de junho de 2005, por meio do Ofício nº 744/PREVIC/DITEC/CGAT, a Rescisão da Dação em Pagamento e Outras Avenças entre a FIBRA e o patrocinador ITAIPU, foi aprovada.

As parcelas do montante contratado estão sendo pagas por ITAIPU em 230 parcelas, sendo que em 2009, foram pagas 12 parcelas, todas atualizadas pelo INPC e juros reais de 6% ao ano, sendo posteriormente, ajustadas pela Rentabilidade Mínima Atuarial (RMA), apurada anualmente.

Os efeitos desta operação no patrimônio da FIBRA em 31 de dezembro de 2009 estão demonstrados no quadro a seguir:

Outras Contratações com o Patrocinador – Rescisão da Dação em Pagamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2008	86.184
(-) 12 parcelas pagas em 2009	(9.163)
(+) Valor da atualização e juros da dívida em 2009	8.554
= saldo em 31/12/09	85.575

11. DÉBITO DO PATROCINADOR NO CASO DE RETIRADA HIPOTÉTICA

De acordo com a nota técnica atuarial do atuário independente, a reserva matemática em 31 de dezembro de 2009, considerando a retirada hipotética do Patrocinador, calculada conforme a interpretação da Resolução CPC nº 06/88, alcançou o valor de R\$ 1.567.745 (R\$ 1.400.244 em 2008), feita dentro do princípio de “Benefícios com direitos já acumulados”, avaliada retirando-se a projeção de crescimento real de salário e considerando-se o “turnover” nulo.

12. EVENTOS SUBSEQUENTES

• Novo Plano de Contas e Custeio Administrativo

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), editou duas importantes Resoluções estabelecendo novas normas para as

EFPC, que entrarão em vigor a partir de 01 de janeiro de 2010, a 1ª de nº 28, de 26 de janeiro de 2009, altera o Plano de Contas das EFPC e a 2ª de nº 29, de 31 de agosto de 2009, que altera os critérios e limites do custeio administrativo.

A principal alteração foi à obrigatoriedade da instituição do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que passará a ser obrigatório, para todas as entidades, inclusive para aquelas com um único plano, caso da FIBRA, o que implicou em alguns ajustes, nas contas patrimoniais de 2009, do atual programa administrativo, para compatibilizar com as novas regras a vigiar em 2010.

O sistema utilizado pela FIBRA para os pagamentos e recebimentos de valores, bem como, para os registros contábeis, foi adequado para o correto cumprimento das normas do CGPC, a partir de 1º de janeiro de 2010. Além disso, o Conselho Deliberativo da FIBRA, aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que vigorará a partir de janeiro de 2010.

• Criação da PREVIC

Por intermédio da Lei nº 12.154 de 23 de dezembro de 2009, foi criada a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, autarquia de natureza especial, que atuará, a partir de 2010, como entidade fiscalizadora e de supervisão das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

A referida Lei, além da criação da PREVIC, instituiu a Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (TAFIC), que será cobrada quadrimestralmente, dos fundos de pensão, a partir de maio de 2010, cuja função é de permitir o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à PREVIC para fiscalização e supervisão das atividades de previdência complementar fechada.

A instituição da TAFIC aumentará a despesa administrativa anual da Fundação em, aproximadamente R\$ 120.

Silvio Renato Rangel Silveira
Diretor Superintendente
CPF 514.772.629-20

Flórcio Medeiros da Costa
Diretor de Seguridade
CPF 425.879.210-15

Denyse Gubert Rocha
Diretora Administrativa e Financeira
CPF 510.083.789-68

Evenilson de J. Balzer
Contador – CRC 22608/ PR
CPF 470.099.429-00

PARECER ATUARIAL 2009

1) Com relação à situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido vigente na FIBRA, considerando um Ativo Líquido, em 31/12/2009, de R\$ 1.731.812 mil, no qual já está deduzido o Fundo de Oscilação de Rentabilidade de R\$ 58.708 mil, constituído, por prudência atuarial, para dar cobertura à eventualidade de não se alcançar em determinado momento a meta atuarial de rentabilidade, enquanto não se concluí estudos sobre a perspectiva de que possa vir a se tornar necessário reduzir a hipótese atuarial de taxa real de desconto/juros de 6% ao ano, tem-se que:

- (i) Se fossem mantidas as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício de 2008, tal situação atuarial seria superavitária em R\$ 180.626 mil, equivalente a 10,43% do referido Ativo Líquido de R\$ 1.731.812 mil; e
- (ii) Com a adoção das novas hipóteses atuariais na avaliação atuarial do exercício de 2009, tal situação ficou superavitária em R\$ 154.796 mil, equivalente a 8,94% do referido Ativo Líquido de R\$ 1.731.812 mil, com as seguintes aberturas:

Valores em R\$ mil

Referência	Valor do Impacto na Situação Atuarial do Plano em 31/12/2009
(a) Impacto relativo à Projeção de Crescimento Real de Salário e de Rotatividade	352
(b) Impacto decorrente da necessidade de se desagrarar em 10% as probabilidades de morte da Tábua Geral de Mortalidade e da Tábua de Mortalidade de Inválidos ⁽¹⁾	25.478
(c) Ambos os Impactos	25.830

⁽¹⁾ Em decorrência, a Mortalidade de Ativos, obtida pelo Método de Hamza, se ajustará a essas novas probabilidades.

NOTA: O impacto no valor das Provisões Matemáticas de 31/12/2009, do aumento real de 1% dado no Acordo Salarial Coletivo de Novembro de 2009 pela ITAIPU BINACIONAL, foi de R\$ 17.982 mil, já incorporado no cálculo do passivo.

2) Em relação às hipóteses de projeção de crescimento real de salário e de rotatividade (aqui entendida como saída do Plano sem direito a receber benefício), conforme também já destacado e mencionado no item 1, houve atualização das escalas, utilizando-se como base os dados dos participantes da FIBRA, posicionados nos meses de dezembro, relativos aos anos de 1994 a 2008, sendo que no ano de 2009,

a base de dados foi posicionada em julho de 2009. Para atualizar a escala de rotatividade foram utilizadas as informações referentes aos participantes que se desligaram da FIBRA e efetuaram resgate neste intervalo de tempo. Na aplicação da metodologia utilizada para refletir com aderência tais hipóteses obteve-se os seguintes resultados: crescimento real médio de salário: 1,92% ao ano em 2009 versus 1,93% ao ano em 2008 e rotatividade média anual: 0,13% em 2009 versus 0,13% em 2008. Isto deve-se, principalmente, à movimentação da massa causada pelo ingresso de novos participantes e pelos desligamentos decorrentes do PPDV (Programa Permanente de Desligamento Voluntário).

3) Em relação ao desagramento em 10% das probabilidades de morte da Tábua Geral de Mortalidade e da Tábua de Mortalidade de Inválidos, o mesmo é consequência do estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo JM/3592/2009 de 15/12/2009, o qual, em seu item 5, indicou que, para o exercício de 2010, a Tábua de Mortalidade Geral “ q_x da AT-2000 (Desagravada em 10%)”, é a que apresenta aderência mais adequada, sendo que, em consequência, a Tábua de Mortalidade de Inválidos recebeu análogo desagramento passando a ser “ $q_x^i = q_x$ da AT-83 (Desagravada em 10%)”. Ressaltamos que o princípio da aderência de Tábuas vem sendo adotado nos exercícios anteriores, fato que nos exercícios mais recentes levou à adoção de Mortalidade Geral “ q_x da AT-2000 (sem qualquer desagramento)” e da Tábua de Mortalidade de Inválidos “ $q_x^i = q_x$ da AT-83 (sem qualquer desagramento)”.

4) Permaneceram sem qualquer alteração as seguintes hipóteses atuariais adotadas:

- (i) Taxa real de juros/desconto: Mantida em 2009 no mesmo nível de 6% ao ano, adotado em 2008;
- (ii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Mantido em 2009 no mesmo nível de 100%, adotado em 2008, já que, da mesma forma de 2008, se está trabalhando com a média atualizada do Salário Real de Benefício (SRB) definido no Regulamento do Plano;
- (iii) Hipóteses Biométricas mantidas em 2009: Entrada em Invalidez: ix da LIGHT MÉDIA;
- (iv) Em relação à composição familiar, manteve-se a premissa de Família Média, para os benefícios de pensão por morte dos participantes ativos e assistidos (ainda não falecidos), considerando a realidade da diferença média da ordem de 6 anos de idade entre os atuais participantes assistidos e respectivos beneficiários vitalícios (cônjuge ou equivalente), visando evitar a descontinuidade no cálculo do passivo em relação aos dois grupos, no momento da

aposentadoria, mantendo assim, o equilíbrio entre as Reservas de Benefícios a Conceder (risco iminente) e as Reservas de Benefícios Concedidos. Em relação aos benefícios já concedidos de pensão por morte, foi mantida a adoção da família efetiva. A premissa de Família Média permanece sob monitoramento.

5) Devemos destacar que este Plano de Benefício Definido da FIBRA possui em carteira própria papéis que levará até o vencimento com taxas atreladas à inflação, com “spread” superior à meta atuarial de 6% ao ano, cujo registro contábil, nos termos do artigo 3º da Resolução CGPC nº 04/2002, está sendo feito pelos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos conforme taxa pactuada. A diferença entre o valor contabilizado e o valor de mercado destes títulos aumentaria em R\$ 60.725.441,90 mil o superávit existente. A capacidade financeira relativa à adoção de procedimento de registro de títulos classificados como “títulos até o vencimento” pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil, traçado pela área de investimentos, leva em consideração os fluxos de receitas e despesas projetados, atuarial e financeiramente, para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

6) A rentabilidade nominal líquida efetivamente obtida ao longo de 2009 pela FIBRA, nas aplicações financeiras deste Plano, utilizando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de 22,44%, o que representou:

- (i) Em relação ao IPCA do IBGE aplicado com um mês de defasagem (ou seja, em relação ao indexador atuarial projetado, ao final de 2008, para o ano de 2009) no período de janeiro a dezembro de 2009, mais juro atuarial real de 6% a.a: 10,84%; e
- (ii) Em relação ao IPCA aplicado com um mês de defasagem do reajuste salarial dado no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de Novembro de 2009, na Tabela Salarial do Patrocinador, no período de janeiro a novembro de 2009 e em relação ao novo índice de reposição salarial, acordado para os reajustes salariais futuros do Patrocinador, mais juro atuarial real de 6% a.a: 5,37%.

7) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e do Ativo Líquido deste Plano do final do ano de 2008 para o final do ano 2009, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Valores em R\$

Referência	31/12/2008	31/12/2009	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	868.459	981.384	13,00%
Provisão de Benefícios a Conceder	579.404	637.958	10,11%
Provisão Matemática a Constituir	(42.186)	(42.326) ⁽¹⁾	0,33%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	1.405.677	1.577.016	12,19%
Resultado Técnico Acumulado	129.622	154.796 ⁽³⁾	19,42%
Ativo Líquido do Plano	1.535.299	1.731.812 ⁽²⁾	12,80%

NOTA: O Resultado do Ano de 2008 foi R\$ (143.799) mil e o Resultado do Ano de 2009 foi R\$ 25.174 mil ⁽³⁾.

⁽¹⁾ A ser amortizada pelo pagamento pela ITAIPU BINACIONAL da Contribuição Suplementar de 2,32% da sua Folha Salarial a vigorar durante 468 meses a contar de abril de 1988 (restando, portanto, 219 meses a contar, inclusive, de janeiro de 2010, para o término da vigência dessa contribuição amortizante).

⁽²⁾ Deduzido o Fundo Previdencial de R\$ 58.708 mil.

⁽³⁾ Se forem desconsideradas as provisões: contingencial (R\$ 40.196 mil) e previdencial (R\$ 58.708 mil), o superávit do exercício seria de R\$ 124.078 mil e o acumulado de R\$ 253.700 mil.

OBSERVAÇÃO: Na avaliação Atuarial de 2009, a idade média dos participantes ativos é de 41,76 anos, desconsiderando-se os que constituem os riscos iminentes. Se considerados todos os participantes ativos, essa idade média na avaliação atuarial de 2009 é de 43,63 anos.

8) Na evolução das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) desde o encerramento do exercício de 2008 até o encerramento do exercício de 2009, os impactos que merecem destaque são os seguintes:

- (i) Acréscimo de 10,11% na Provisão de Benefícios a Conceder decorrentes, entre outros aspectos, do impacto dos seguintes fatores:
 - Reajuste realizado, em novembro de 2009, na Tabela Salarial do Patrocinador de 5,2117% (sendo 4,17% referente ao IPCA do IBGE acumulado de novembro/2008 a outubro/2009 e sendo 1% referente a ganho real);

- 47 novas inscrições de participantes com repercussões na idade média e na remuneração média dos participantes ativos;
 - Embora mantidas as metodologias de cálculo dos parâmetros relativos à projeção de crescimento real de salário e à projeção de rotatividade, a taxa real de crescimento real de salário reduziu de 1,93% ao ano em 2008 para 1,92% ao ano em 2009 e a taxa de rotatividade (saída sem direito a benefícios) permaneceu de 0,13% ao ano em 2009;
 - Necessidade de se desagrarar em 10% as probabilidades de morte da Tábua Geral de Mortalidade “ q_x ” da AT-2000 e da Tábua de Mortalidade de Inválidos “ $q_x^i = q_x$ ” da AT-83”.
- (ii) Acréscimo de 13,00% na Provisão de Benefícios Concedidos decorrentes, entre outros aspectos, do resultado líquido dos seguintes fatores:
- Acréscimo do número de assistidos, que passou de 1.127 em novembro/2008 para 1.195 em novembro/2009, sendo 1.045 benefícios de aposentadorias e 150 benefícios de pensão por morte;
 - Reajuste realizado, em novembro de 2009, na Tabela Salarial do Patrocinador, que é também aplicado aos benefícios concedidos, de 5,2117% (sendo 4,17% referente ao IPCA do IBGE acumulado de novembro/2008 a outubro/2009 e 1% referente a ganho real); e
 - Desagravamento em 10% das Tábuas Biométricas q_x (mortalidade geral) da AT-2000 e q_x^i da AT-83 (mortalidade de inválidos).
- (iii) Acréscimo de 0,33% na Provisão Matemática a Constituir decorrente, entre outros aspectos, do resultado líquido dos seguintes fatores:
- Variação no valor da folha de remuneração do Patrocinador; e
 - Redução do prazo remanescente de vigência da contribuição suplementar patronal de 2,32% da folha salarial, de 231 meses para 219 = 231 - 12 meses.

9) A Contribuição Normal Pura (que exclui sobrecarga administrativa) vigente, atuarialmente determinada, de 23,85% da folha do Salário Real de Contribuição (já considerando a inclusão do correspondente à jóias de ingresso que estão sendo pagas) encontra-se um pouco acima do Custo Normal Puro (que exclui sobrecarga administrativa), atuarialmente reavaliado ao final de 2009, de 23,39% da folha do Salário Real de Contribuição. Tal fato significa que a Contribuição Normal Pura, que vem sendo praticada, está algo acima do Custo Normal Puro reavaliado no encerramento do exercício de 2009, sendo que, por indicação atuarial, eventual redução ou ajustes na Contribuição Normal Pura vigente, somente deverão ser feitos após análises de tendências de longo prazo nas hipóteses atuariais adotadas, observada a legislação aplicável.

10) O total das Provisões Matemáticas, em 31/12/2009, considerando um hipotético saldamento deste Plano de Benefício Definido, com a concessão de um benefício proporcional ao tempo averbado de filiação ao Plano para os participantes não assistidos e com a continuidade do pagamento dos benefícios já concedidos (incluindo a garantia do pagamento dos benefícios diferidos), foi avaliado considerando nulos tanto o crescimento real de salário quanto a rotatividade, tendo sido obtido como resultado o valor de R\$ 1.567.745 mil, que encontra plena cobertura no Ativo Líquido do Plano, então existente, de R\$ 1.731.812 mil, sendo relevante ressaltar quanto a essa situação, que a descontinuidade de um Plano de Benefícios Previdenciários de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar apresenta questões que ultrapassam os aspectos quantitativos considerados na avaliação atuarial aqui realizada, devendo serem tais questões, previamente analisadas com profundidade, caso, por qualquer motivo, um cenário de descontinuidade venha a se apresentar.

11) Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, como Provisão Matemática a Constituir e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais e os regimes atuariais de financiamento referidos no item 1 deste Parecer Atuarial e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIBRA, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2009, refletida no DRAA – Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial.

12) A destinação do Superávit Técnico Acumulado, que está totalmente registrado como Reserva de Contingência, é a de dar cobertura à ocorrência de eventuais desvios desfavoráveis em relação às hipóteses atuariais adotadas, em especial, às relativas à mortalidade (sobrevivência) e à taxa de retorno dos investimentos.

13) Para fins de abertura das Provisões Matemáticas, dentro do Plano de Contas a vigorar a partir de 01/01/2010, temos a seguinte situação:

Valores em R\$

2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos			981.383.545,69
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização		981.383.545,69	
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	919.282.991,67		
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	62.100.554,02		
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder			637.958.344,92
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado		596.418.826,34	
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	814.142.009,68		
2.3.1.1.02.02.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(135.287.743,05)		
2.3.1.1.02.02.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(82.435.440,29)		
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado		41.539.518,58	
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	65.694.701,64		
2.3.1.1.02.03.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(15.009.426,87)		
2.3.1.1.02.03.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(9.145.756,19)		
2.3.1.1.02.04.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capital de Cobertura		0,00	
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples		0,00	
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir			(42.326.080,21)
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado		(42.326.080,21)	
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinadores	(42.326.080,21)		
2.3.1.1.03.01.02	Participantes	(0,00)		
2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas			1.577.015.810,40
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado			154.795.698,92
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência		154.795.698,92	
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano		0,00	
2.3.1.0.00.00.0	Patrimônio de Cobertura do Plano			1.731.811.509,32

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2010.

José Roberto Montello

Atuário – MIBA nº 426

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores
Fundação Itaipu – BR de Previdência e Assistência Social – FIBRA

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1º representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 29 de janeiro de 2010.

Marcello Palamartchuk
Sócio – Contador
CRC 1PR049038/0-9
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/0-5 “S” PR

Gilberto de Souza Schlichta
Diretor
CRC 1PR035508/0-5
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/0-5 “S” PR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social- FIBRA, usando das atribuições que lhes conferem os Estatutos da Entidade, após exame do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2009, e respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício e do Fluxo Financeiro, encerrados em 31 de dezembro de 2009, bem como as contas e atos da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2009, e, embasados nos pareceres da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. e dos Auditores Independentes BDO Trevisan Auditores Independentes, são de opinião que as aludidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira da Fundação, merecendo a aprovação do Conselho Deliberativo.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2010.

Salomão Galperin
Presidente

Rogério Duarte
Conselheiro

José Carlos Siqueira Peçanha
Conselheiro

Emílio Ruiz Gomes
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social – FIBRA, no uso de suas atribuições estatutárias, examinou o Relatório de Gestão e a prestação de contas constituída de: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Fluxo Financeiro, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, devidamente acompanhados do Parecer da auditoria externa BDO Trevisan Auditores Independentes, pelo Parecer Atuarial da Consultoria Atuarial, Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberando pela aprovação dos documentos mencionados no inciso II do Art. 20, dos Estatutos da FIBRA, relativo ao exercício de 2009.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2010.

Antonio José Correia Ribas
Presidente

José Ricardo da Silveira
Conselheiro

Ariel da Silveira
Conselheiro

Sérgio Possolo Gomes
Conselheiro

Giovani dos Anjos Teixeira
Conselheiro

Saulo Assumpção
Conselheiro

POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2010

(Resumo - em atendimento a Resolução CGPC nº 23 de 06 dez. 2006)

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Silvio Renato Rangel Silveira	514.772.629-20	Superintendente

Conforme parágrafo 5º, do Artigo 35 da Lei complementar nº 109, de 29/05/2001, e Artigo 7º da Resolução CMN nº 3.792 de 24/09/2009.

Objetivos da Gestão: a gestão dos recursos da FIBRA é realizada internamente e por intermédio de gestores contratados. O estilo de gestão adotado deve ser ativo, atuando em todos os mercados permitidos pela legislação em vigor, com vistas a se obter os retornos necessários aos objetivos definidos na Política de Investimentos, levando-se sempre em consideração o limite de risco da FIBRA e a característica de seu passivo.

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2010 a 12/2010	IPCA	6,00 %

Alocação de Recursos			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	63,00 %	76,00 %	67,00 %
Renda Variável	12,00 %	35,00 %	23,00 %
Imóveis	0,70 %	3,50 %	2,00 %
Empréstimos e Financiamentos	1,00 %	5,00 %	2,50 %
Investimentos Estruturados	3,00 %	8,00 %	5,50 %
Investimentos no Exterior	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Alocação/Derivativos – Proteção+Exposição, conforme Art.44 da Resolução nº 3.792.

Cenários Macroeconômicos

As projeções utilizadas para 2009, no estudo de ALM, foram:

Selic	IGP-M	Ibovespa	INPC/IPCA	Crédito + Prêmio
6,23 % a.a.	0,51 % a.a.	10,29 % a.a.	4,82 % a.a.	107,00 % do CDI

Índice de Referência (benchmark)

- **Segmento de Renda Fixa:** O desempenho será comparado com o *benchmark* composto pela ponderação entre os fatores de risco componentes do estudo de ALM e os subíndices da família do Índice de Mercado Andima (IMA) correspondentes – IMA-B5 (IPCA) 30%, IMA-B5+ (IPCA) 59%, IMA-C=IGP-M 6,5%, CDI 4,5%;
- **Segmento de Renda Variável:** Será utilizado o *benchmark* híbrido (40% IBOVESPA + 60% IBRX-50);

- **Segmento de Imóveis:** IPCA acrescido de juros de 6% a.a.;
- **Segmento de Empréstimos a Participantes:** INPC acrescido de juros de 6% a.a.;
- **Carteira Consolidada de Investimentos:** IPCA acrescido de juros de 6% a.a.

Controle de Risco

Os procedimentos de controle interno e de avaliação de risco de investimentos da FIBRA estão inclusos nos Procedimentos Gerenciais e Operacionais, nos critérios e demais normas internas integrantes do escopo de certificação de qualidade da FIBRA, aprovados pela Diretoria Executiva, e submetidos às auditorias interna e externa da qualidade, dentro norma ISO-9001:2008.

Os critérios para Avaliação dos Riscos estão assim dispostos:

- Risco de Crédito e Mercado para Instituições Financeiras – Risk-Bank elaborado pela Consultoria Lopes & Filho Associados;
- Risco de Mercado – Metodologia VaR;
- Risco de Liquidez – Fluxo do Passivo Atuarial;
- Risco Operacional – Consultoria RiskOffice / ISO 9001;
- Risco Legal – Administrador Fiduciário e parecer jurídico quando necessário;
- Risco Sistemico – Análise de stress.

Gestão dos Recursos

A FIBRA faz gestão própria de parte dos ativos e possui 14 gestores para a parcela da carteira terceirizada. Estes gestores são avaliados, anualmente, tendo como parâmetros os objetivos de cada segmento.

Os principais critérios para a contratação dos gestores são:

- **Qualitativos:** Estrutura de Suporte e de Controle, Práticas de Marcação a Mercado, Capacidade Técnica, Histórico da Empresa e dos Controladores;
- **Quantitativos:** Total de Recursos Administrados, Custos, Riscos Incorridos e Rentabilidade Histórica auferida;
- **Estratégia de formação de preços:** Os ativos serão valorizados a níveis vigentes no mercado, exceto aqueles de maior prazo a serem levados a vencimento, os quais serão valorizados pela taxa de aquisição;
- **Hedge:** A FIBRA poderá efetuar operações de hedge visando à proteção dos ativos componentes de suas carteiras de investimentos, sempre que os estudos técnicos assim recomendarem.

A Política de Investimento da FIBRA, na íntegra, está disponível no site www.fundacaoitaipu.com.br.

Caso desejar, solicite uma cópia impressa.

RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O **DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS**

Este informativo atende ao disposto no Art. 17 da Resolução CGPC n.º 13 de 01/10/2004, Art. 3º da Resolução CGPC n.º 23 de 06/12/2006 e Instrução SPC n.º 14 de 18/01/2007 alterada pela Instrução SPC n.º 21 de 07/04/2008 que disciplinam a divulgação de informações aos participantes.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL, EM ATENDIMENTO AO ART.19 DA RESOLUÇÃO CGPC N.º 13 DE 01/10/2004

O conselho fiscal em sua reunião ordinária realizada em 18 e 19 de fevereiro de 2010 emitiu parecer favorável sobre a aderência da gestão dos recursos no 2º semestre de 2009, em relação a Política de Investimentos quanto a aplicação dos recursos garantidores, e legislação pertinente ao art. 19º da Resolução CGPC n.º 13, de 01/10/2004. Os itens analisados constam do presente demonstrativo.

1. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS (Inciso I do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Composição dos Investimentos	Posição em 2008		Posição em 2009		Limites Política Faixas de alocação		Limites 3.792
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Min	% Máx	
Total das Aplicações	1.461.694.267	100	1.761.064.547	100	-	-	-
Renda Fixa	1.145.404.142	78,36	1.250.446.254	71,01	65	79	69
Renda Variável	244.238.978	16,71	411.244.056	23,34	15	32	26
Imóveis	29.210.461	2,00	28.859.427	1,64	1	4	2
Empréstimos	42.669.932	2,92	46.282.222	2,63	2	7	3
Investimentos Estruturados	0	0,00	24.051.991	1,37	3	7	3
Disponível em caixa	170.754	0,01	180.597	0,01	-	-	-

2. TAXA MÍNIMA ATUARIAL E RENTABILIDADES

(Inciso IV, V e VIII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Segmento	Benchmark 2008	2008		Benchmark 2009	2009	
		% Rentabilidade	% Benchmark		% Rentabilidade	% Benchmark
Renda Fixa	IMA Balanceado	14,48	9,63	IMA Balanceado	12,56 ⁽¹⁾	19,22
Renda Variável	40% IBOV+ 60% IBRX-50	-39,83	-42,38	40% IBOV+ 60% IBRX-50	68,35 ⁽²⁾	76,41
Imóveis	0,9% a.m.	54,78	11,35	IPCA+6%a.a.	9,66 ⁽³⁾	10,57
Operações c/ Participantes	INPC+6% a.a.	16,61	12,87	INPC+6%a.a.	13,27	10,36
Rentabilidade Total	INPC+6% a.a.	0,95	12,87	IPCA+6%a.a.	22,34 ⁽⁴⁾	10,57

⁽¹⁾ Rentabilidade da carteira de renda fixa com ativos marcados a mercado é 17,96%

⁽²⁾ Rentabilidade da carteira de ações, sem considerar os fundos de participação (FIP) é 75,37%.

⁽³⁾ Rentabilidade da carteira de imóveis locados é 11,51%

⁽⁴⁾ Rentabilidade geral com ativos marcados a mercado é 26,46%.

3. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA (EM RELAÇÃO AO IPCA+6% a.a.)

(IN SPC 14 DE 18/01/2007 e IN SPC 21 DE 07/04/08)

Segmento	Meses	Segmento de Renda Fixa	Segmento de Renda Variável	Segmento de Empréstimos	Segmento de Imóveis	Carteira de Investimentos	TMA (Mensal)
2009	Janeiro	0,23	2,09	(0,10)	(0,50)	0,54	0,97
	Fevereiro	0,35	(1,71)	0,19	(0,11)	0,03	1,04
	Março	0,40	5,98	0,66	(0,02)	1,43	0,69
	Abril	(0,16)	11,61	0,04	(0,30)	1,99	0,97
	Maiο	0,42	8,43	(0,06)	(0,26)	2,00	0,96
	Junho	0,11	(4,11)	0,41	(0,17)	(0,68)	0,85
	Julho	0,28	4,52	0,58	(0,03)	1,16	0,73
	Agosto	0,15	1,64	0,49	(0,02)	0,48	0,64
	Setembro	0,04	7,96	0,20	0,11	1,74	0,73
	Outubro	(0,02)	(0,48)	0,01	1,03	(0,11)	0,77
	Novembro	(0,08)	7,36	(0,04)	(0,21)	1,62	0,90
	Dezembro	0,15	1,05	0,08	(0,23)	0,36	0,86
% Acumulado 12 meses		1,99	57,66	2,64	(1,89)	11,89	10,57

Divergência Não Planejada - Atendimento às Instruções Normativas da SPC n.º 14, de 18/01/2007 e n.º 21, de 07 de abril de 2008. Refere-se à diferença entre a rentabilidade de cada segmento e a Taxa Mínima Atuarial - TMA (IPCA + 6% ao ano), mês a mês, calculada pelo fluxo diário dos ativos.

As justificativas técnicas constam em relatórios específicos, atestadas pelo Administrador Estatutariamente Tecnicamente Qualificado e entregue ao Conselho Fiscal. O documento original encontra-se a disposição da Secretaria de Previdência Complementar.

4.DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

(Demonstrativo Analítico de Investimentos e de Enquadramento das Aplicações - Resolução CMN nº 3.792 - Posição em 31/12/2009)

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR (R\$)	% APLIC.
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS		1.761.064.547,29 ⁽⁵⁾	100,00
DISPONÍVEL/IMEDIATO	Própria	180.597,32	0,01
A - SEGMENTO DE RENDA FIXA		1.250.446.253,92	71,01
A1 - TÍTULOS DA CARTEIRA PRÓPRIA	Própria	1.184.526.770,74	67,22
1 - TÍTULOS PÚBLICOS		1.125.360.477,99	63,89
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		1.125.360.477,99	63,89
NTN - B - Notas do Tesouro Nacional-Série B		1.040.184.255,47	59,06
LFT - B - Letras Financeiras do Tesouro-Série B		10.254.226,13	0,58
NTN - C - Notas do Tesouro Nacional - Série C		74.921.996,39	4,25
2 - TÍTULOS PRIVADOS		59.166.292,75	3,33
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		59.166.292,75	3,33
1 - Certificados de Recebíveis		2.879.858,61	0,16
Rio Bravo Securitizadora		2.879.858,61	0,16
2 - Debêntures não Conversíveis em Ações		8.671.995,26	0,49
Petróleo Brasileiro S/A		8.671.995,26	0,49
3 - Certificado de Depósito Bancário - Pré-Fixado		34.786.420,00	1,96
Banco Bradesco S.A.		22.692.487,03	1,28
Banco Itaú S.A.		12.093.932,97	0,68
4 - Caderneta de Poupança		12.828.018,88	0,72
Caixa Economica Federal		12.828.018,88	0,72
A2 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO		68.187.109,53	3,92
1 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA		54.814.282,54	3,15
BRZ Crédito Privado FIM	Terceirizada	8.139.970,99	0,47
BNP Paribas Troppo 8	Terceirizada	1.508.566,37	0,09
BNP Paribas Troppo Sud Fim	Terceirizada	4.027.106,96	0,23
BTG Capital Protegido II Ibovespa	Terceirizada	4.016.555,20	0,23
FI Votorantim Institucional	Terceirizada	32.954.541,52	1,88
UBS Pactual Emissões Primárias	Terceirizada	3.176.261,73	0,19
UBS Pactual Yield DI Referenciado	Terceirizada	991.279,77	0,06
2 - QUOTAS DE FIDC		13.372.826,99	0,77
FIDC Caixa UBS Pactual	Terceirizada	11.429.858,05	0,65
RB Fidúcia High Income Institucional FIDC	Terceirizada	1.942.968,94	0,12
A3 - EXIGÍVEL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		(2.267.626,35)	-0,13
Honorários Advocaticios		(2.267.626,35)	-0,13

B - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL		411.244.056,38	23,40
B1 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - MÚTUOS		117.550.861,91	6,70
BBM Valuation FIA	Terceirizada	13.302.556,95	0,76
Bradesco FIA Dividendos	Terceirizada	21.713.453,51	1,24
BNY Mellon ARX Income FIA	Terceirizada	27.401.304,78	1,56
Bradesco FIA Institucional IBX Ativo	Terceirizada	55.133.546,67	3,14
B2 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - EXCLUSIVOS		293.693.194,47	16,70
UBS Pactual FIB Ações FIA	Terceirizada	58.748.842,16	3,34
ABN Amro FIA Merlot	Terceirizada	97.437.271,07	5,54
FI FIB Ações Previdenciárias	Terceirizada	66.587.770,21	3,79
Schroder FIB FIA	Terceirizada	70.919.311,03	4,03
C - SEGMENTO DE ESTRUTURADOS		24.051.990,80	1,38
C1 - QUOTAS DE FUNDOS ESTRUTURADOS		24.051.990,80	1,38
Capital Mezanino FIP	Terceirizada	8.044.463,26	0,46
Empreendedor Brasil	Terceirizada	3.641.667,25	0,21
FIP Terra Viva	Terceirizada	72.287,27	0,01
Fundo Brascan Petróleo e Gás	Terceirizada	2.093.612,92	0,12
Logística Brasil FIP	Terceirizada	10.199.960,10	0,58
D - SEGMENTO DE IMÓVEIS		28.859.427,14	1,59
D1 - EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO	Própria	1.233.718,01	0,07
Edifício Governador Parigot de Souza Rua Comendador Araújo,551 - Centro Curitiba-PR - Térreo, 5º e 9º andar		1.233.718,01	0,07
D2 - EDIFICAÇÕES LOCADAS À PATROCINADORA	Própria	10.229.102,99	0,58
Edifício Governador Parigot de Souza Rua Comendador Araújo-551 Centro Curitiba-PR		10.229.102,99	0,58
D3 - EDIFICAÇÕES PARA RENDA	Própria	17.396.606,14	0,94
7º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.529.175,60	0,08
8º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.741.811,01	0,09
9º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.770.900,61	0,10
10º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.786.579,01	0,10
11º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.799.468,02	0,10
12º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.810.529,60	0,10
13º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.184.250,20	0,06
24º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.942.195,91	0,11
25º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.897.858,87	0,10
26º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.933.837,31	0,10
Rua Marechal Deodoro, 630 - Centro Curitiba-PR			
E - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES	Própria	46.282.221,73	2,61
Empréstimos Simples		46.282.221,73	2,61
(-) Liberação de Empréstimos		-	0,00

(5) O TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS não inclui os débitos do patrocinador oriundos da reversão da dação em pagamento, no valor de R\$ 85.575.163,92.

Informações gerais:

Custodiante: Banco Bradesco S.A
 Responsável pela controladoria: Banco Bradesco S.A
 Responsável pela consolidação: Banco Bradesco S.A
 Responsável pelo controle do risco: Fundação Itaipu
 Responsável pela auditoria de gestão: BDO Trevisan Auditores Independentes

5. DEMONSTRATIVO POR TIPO DE GESTÃO: TERCEIRIZADA OU PRÓPRIA Data: 31/12/2009

(Inciso III e VII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

TIPO DE GESTÃO / GESTORES	RENDA FIXA	%	RENDA VARIÁVEL	%	ESTRUTURADOS	%	OPERAÇÃO C/ PART.	%	IMÓVEIS	%	TOTAL	% sobre o total
1 - GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA	1.182.439.742	94,55	-	-	-	-	46.282.222	100,00	28.859.427	100,00	1.257.581.391	71,41
2 - GESTÃO TERCEIRIZADA	68.187.110	5,47	411.244.056	81,32	24.051.991	5,86	-	-	-	-	503.483.157	28,59
BANCO ABN AMRO REAL S/A	-	-	97.437.271	23,70	-	-	-	-	-	-	97.437.271	5,54
BANCO BBM S/A	-	-	13.302.557	3,23	-	-	-	-	-	-	13.302.557	0,75
BANCO BNP PARIBAS S/A	5.535.673	0,45	-	-	-	-	-	-	-	-	5.535.673	0,31
BANCO BRADESCO S/A	-	-	76.847.000	-	-	-	-	-	-	-	76.847.000	4,36
BANCO BRASCAN S/A	-	-	-	-	2.093.613	0,51	-	-	-	-	2.093.613	0,11
BANCO ITAÚ S/A	-	-	66.587.770	16,19	-	-	-	-	-	-	66.587.770	3,78
BNY MELLON ARX ASSET MANAGEMENT BRASIL	-	-	27.401.305	6,66	-	-	-	-	-	-	27.401.305	1,55
BRZ ADM DE RECURSOS S/A	8.139.971	0,65	-	-	-	-	-	-	-	-	8.139.971	0,46
DGF GESTÃO DE FUNDOS LTDA	-	-	-	-	72.287	0,02	-	-	-	-	72.287	-
GP INVESTIMENTOS	-	-	-	-	13.841.627	3,37	-	-	-	-	13.841.627	0,79
OLIVEIRA TRUST DTVM LTDA.	1.942.969	0,16	-	-	-	-	-	-	-	-	1.942.969	0,12
INTRAG DTVM LTDA.	-	-	-	-	8.044.463	1,96	-	-	-	-	8.044.463	0,46
SCHRODER INVEST. BRASIL S/A	-	-	70.919.311	17,25	-	-	-	-	-	-	70.919.311	4,03
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S/A DTVM	19.613.955	1,57	58.748.842	14,29	-	-	-	-	-	-	78.362.797	4,45
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA	32.954.542	2,64	-	-	-	-	-	-	-	-	32.954.542	1,88
TOTAL GERAL (% s/o total dos investimentos)	1.250.626.851	71,01	411.244.056	23,36	24.051.991	1,37	46.282.222	2,62	28.859.427	1,64	1.761.064.547	100,00

6. RISCO DE MERCADO MENSAL (21 DIAS ÚTEIS) - INTERVALO DE CONFIANÇA DE 95%

VaR - Valor em Risco	2008		2009		% Limite Política
	Valor R\$	% do Valor	Valor R\$	% do Valor	
Segmento de Renda Fixa	6.058.875	2,40	10.600.671	0,85	1,50 ⁽⁶⁾
Segmento de Renda Variável	12.130.473	22,78	12.496.592	2,87	8,00 ⁽⁷⁾

⁽⁶⁾ Alterado o limite na Política de Investimento para 2009 para 1,50% ao mês.

⁽⁷⁾ Para o segmento de Renda Variável o risco é avaliado através da limitação do risco da carteira, que será limitado a uma perda de no máximo 8,00% ao ano em relação ao benchmark do fundo (Ibovespa ou IBRX-50).

7. RISCO DE CRÉDITO ⁽⁸⁾

Segmento de Renda Fixa	2008	2009	% Limite Resolução 3.792
Baixo Risco de Crédito Tesouro	89,22%	90,86%	100,00%
Baixo Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	10,78%	9,14%	80,00%
Médio e Alto Risco de Crédito	-	-	20,00%

⁽⁸⁾ Percentual em relação à carteira de investimentos.

8. EMISSÕES DE TÍTULOS PRIVADOS CARTEIRA PRÓPRIA

EMPRESA	APLICAÇÃO ATUAL	% PL
EMPRESAS FINANCEIRAS	34.786.420,00	1,98
Banco Bradesco S.A.	22.692.487,03	1,29
Banco Itaú S.A.	12.093.932,97	0,69
EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS	11.551.853,87	0,66
Petróleo Brasileiro SA - Petrobras	8.671.995,26	0,49
Rio Bravo Securitizadora SA	2.879.858,61	0,16
Total	46.338.273,87	2,63

9. INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS ⁽⁹⁾

DESCRIÇÃO	2008 (R\$)	2009 (R\$)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS DA FIBRA (A) ⁽¹⁰⁾	7.938.135,06	8.244.218,10
Água, Luz e Telefone	38.355,52	41.679,86
Aluguéis	161.630,17	164.939,03
ANBID, ANDIMA e Economática	18.516,22	21.238,40
Associações de Classe	51.566,61	44.916,11
Auditoria Externa	11.906,36	13.167,23
Avaliação de Imóveis	24.381,00	-
Comunicação Social	69.665,24	61.085,82
Conservação, limpeza, copa e manutenção	54.252,23	61.902,07
Consultoria atuarial	90.152,72	91.747,08
Consultoria de Investimentos	248.084,77	170.011,50
Consultoria de RH	39.042,02	56.110,73
Consultoria do Sistema de Gestão da Qualidade	27.000,00	78.548,00
Consultoria Previdenciária	39.170,00	3.944,38
Depreciações e Amortizações	123.297,97	136.971,37
Despesas advocatícias	242.532,46	193.790,06
Despesas com treinamentos - inscrições e viagens	68.459,34	83.060,62
Despesas de viagens a serviço	117.544,50	117.495,64
Despesas de viagens dos colegiados	16.947,29	11.801,05
Despesas de viagens para defesa em processos judiciais	32.532,36	25.686,17
Despesas legais e tributárias (PIS, COFINS)	489.726,70	541.231,75
Despesas postais e telegráficas	48.212,48	41.868,87
Estagiários, mensageiros e outros	54.020,84	42.678,42
Jornais, livros e revistas	8.102,00	13.044,63
Manutenção de equipamentos e software	182.294,09	135.273,25
Material de expediente	43.998,06	40.049,82
Microfilmagem/digitalização e armazenagem de documentos	18.015,24	13.231,57
Pessoal e Encargos	5.618.728,87	6.038.744,67

CUSTOS DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS (B)		
DESPESAS CONTABILIZADAS DIRETAMENTE NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	669.755,32	601.589,61
Custódia/Controladoria	183.835,33	204.707,25
Honorários Advocatícios - recuperação de investimentos	229.121,87	201.656,61
IPTU e Condomínio de imóveis não locados	203.753,23	128.565,32
SELIC, CETIP e outras	53.044,89	66.660,43
DESPESAS DEBITADAS NOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS	1.645.074,71	1.184.236,53
Auditoria Externa	36.357,44	8.544,00
Corretagens	443.646,48	299.780,06
Custódia/Controladoria	103.347,96	88.625,06
SELIC, CETIP, CBLC e outras	49.715,69	32.870,16
Taxa de Administração dos fundos exclusivos	829.449,10	698.737,25
Taxa de Fiscalização da CVM	56.070,00	55.680,00
Taxa de Performance Fee	126.488,04	-
TOTAL DAS DESPESAS (A+B)	10.252.965,09	10.030.044,24

⁽⁹⁾ Despesas Administrativas do Plano de Benefícios divulgadas em atendimento ao parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e Resolução CGPC nº 23, de 06/12/2006.

⁽¹⁰⁾ Inclui despesas de investimentos passíveis de cobertura pelo programa de investimentos.

10. INFORMAÇÕES GERAIS

Custodiante: Banco Bradesco S.A.

Responsável fiduciário: Banco Bradesco S.A.

Agente fiduciário: Banco Bradesco S.A.

Responsável pelo controle do risco: Fundação ITAIPU-BR

Responsável pela auditoria de gestão: BDO Trevisan Auditores Independentes

Relatório elaborado por: Margarete S.Andreola

Conferido por: Marcos Aurélio Litz

Nova Estrutura Organizacional da FIBRA

Assegurar a gestão dos meios de comunicação interna e de comunicação institucional, para prover informação aos públicos de interesse da Fundação, de forma assertiva e que represente uma imagem favorável.

Prover os recursos humanos, materiais e serviços de apoio para o desempenho das atividades da FIBRA, dentro de padrões adequados de eficiência e de dimensionamento quali-quantitativo; e responder pelos registros e obrigações contábeis da Fundação.

Gerir o Plano de Benefícios, assegurando sua sustentabilidade mediante a correta aplicação do Regulamento e a permanente validação de seus parâmetros técnicos, atuariais e jurídicos; e prover às demais gerências todas as informações, sistemas e processos necessários para o adequado atendimento ao Participante.

Orientar, disciplinar, fiscalizar e zelar pela conduta ética esperada para os colaboradores da FIBRA em consonância aos valores, princípios e normas de conduta preconizados pelo Código de Ética.

Assegurar e atestar o cumprimento, pela FIBRA, de suas obrigações normativas e legais, certificando a adequação dos controles internos e da gestão de riscos às disposições legais e necessidades da Fundação, provendo informações estratégicas e gerenciais à Diretoria Executiva que subsidiem o processo decisório, apontando falhas e sugerindo melhorias.

Avaliar continuamente o ambiente de atuação da Fundação, identificando os pontos fortes, pontos fracos, as oportunidades e ameaças, definindo os fatores críticos de sucesso e propondo as intervenções necessárias para assegurar a continuidade e sustentabilidade do negócio, proporcionando um alinhamento remuneratório orientado ao cumprimento dos objetivos estratégicos.

Garantir a melhoria contínua de processos do Sistema de Gestão da Qualidade, considerando a Política da Qualidade e seus objetivos, envolvendo a organização para a realização de esforços no atendimento às exigências de manutenção da certificação alcançada e das necessidades específicas do negócio.

Apoiar a organização, com práticas de gestão que busquem a inovação, agilidade e eficiência, em suas necessidades de processos, informações e sistemas, para melhoria do desempenho, redução de custos e criação de diferenciais ao negócio.

Prover os Participantes do atendimento e dos serviços necessários para usufruir todos os benefícios e serviços prestados pela FIBRA, gerenciando e padronizando a comunicação e o relacionamento com o Participante, de forma a assegurar níveis elevados de satisfação e agregar valor ao produto fornecido pela Fundação.

Assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos ativos de informação da Fundação, por meio de um processo de gestão da informação que garanta sua aquisição, tratamento, segurança e rastreabilidade, com o uso adequado de infraestrutura e de tecnologia, para a continuidade do negócio da FIBRA.

Gerir os recursos financeiros, em cumprimento às Políticas de Investimento do Plano de Benefícios e do Programa de Gestão Administrativa, prospectando alternativas e subsidiando a Diretoria Executiva em toda e qualquer decisão de investimento, mediante análise prévia documental que contemple, entre outros aspectos, a conveniência técnica e a observância da legislação, normas e procedimentos vigentes.

Assegurar que todos os riscos da FIBRA sejam identificados, analisados, mensurados e tratados adequadamente, subsidiando a Diretoria Executiva e as gerências na definição de ações, mecanismos e controles internos que satisfaçam à legislação e mitiguem os riscos de negócio.



Em 2008 o mundo navegava em mares agitados, na capa do relatório daquele ano, o farol – que guia os navegantes até um porto seguro – era o trabalho desenvolvido pela FIBRA. Agora, representamos na capa, os frutos que colhemos da estratégia construída naquele momento.



DIRETORIA EXECUTIVA

Silvio Renato Rangel Silveira
Diretor Superintendente
Denyse Gubert Rocha
Diretora Administrativa e Financeira
Flórcio Medeiros da Costa
Diretor de Segurança

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares

Antonio José Correia Ribas
Presidente
José Ricardo da Silveira
Presidente Substituto
Ariel da Silveira
Giovani dos Anjos Teixeira
Saulo Assumpção
Sérgio Possolo Gomes

Suplentes

Antonio Carlos Nantes
Cícero Antônio Miller dos Santos
Cristina de A. Maranhão Gomyde
Daniel de Lara
Giovanni Leiria da Silva
José Antonio Santos

CONSELHO FISCAL

Titulares

Salomão Galperin
Presidente
Rogério Duarte
Presidente Substituto
Emílio Ruiz Gomes
José Carlos Siqueira Peçanha

Suplentes

Brasilino Rodrigues da Silva
Janete C. Galli
Luiz André Muniz de Rezende
Simone Rogoginski
Vera Lúcia Graniska Ingeinczaki

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Titulares

Thiôphilo Cordeiro Neto
Presidente
Silvio Schweidzon Melamed
Presidente Substituto
Carlos Roberto Fernandes
Humberto Ventura Godinho
João Carlos Ferrer Garcia
Luiz Covello Rossi

Suplentes

Bruno Túlio
José Maria Varassin
Luís Alberto Pereira Oliveira
Luís Fernando Moreira
Márcia Abreu de Aguiar Buerger
Simone Freire Nicolau

Constituição 26/02/1988
Início das atividades 01/04/1988
Reconhecida em 30/11/1988
Portaria nº 4367/MPAS

Rua Comendador Araújo, 551
9º Andar – CEP 80420-000
Curitiba – Paraná – Brasil
Telefone 41 3321-4001
Fax 41 3223-3628
0800 41 4404
www.fundacaoitaipu.com.br
fibra@fundacaoitaipu.com.br

Escritório em Foz do Iguaçu:
Centro Executivo de ITAIPU
Telefone: 45 3520-5026

Este relatório foi produzido a um custo unitário de R\$ 4,90 proveniente de recursos específicos do custeio administrativo da FIBRA.

Disponível também no *website* da FIBRA.

